

Izabela Costa Pereira

**Cooperação Internacional e Segurança pública:
Um paralelo nas relações Brasil- França**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão
do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília –
UniCEUB.

**Brasília – DF
2004**

Izabela Costa Pereira

**Cooperação Internacional e Segurança pública:
Um paralelo nas relações Brasil- França**

Banca Examinadora:

Prof. Marcelo Gonçalves Valle
(Orientador)

Prof.
(Banca)

Prof.
(Banca)

**Brasília – DF
Junho / 2004**

AGRADECIMENTOS

Dois princípios guiam meus passos “*Seja Sempre Feliz*” e “*Quem Tem Um Sonho Vive Dele*”. A felicidade de realizar mais esta conquista só foi possível graças a Deus, minha admirável mãe Marli de Andrade Costa e querido irmão Rogério Luiz Pereira, para os quais dedico especialmente esta nota de agradecimento e pesquisa.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, em particular a Alberto Ribeiro e Mário José de Souza pelo apoio, incentivo e atenção. Aos meus amigos e professores do curso de Relações Internacionais do UniCEUB, notadamente ao meu orientador Marcelo Gonçalves do Valle, a minha gratidão.

A todos os que participam do meu viver, manifesto minha estima, admiração e profundo reconhecimento.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da cooperação internacional com foco num projeto em segurança pública entre a França e o Brasil. O estudo inicia-se por uma reflexão sobre a cooperação internacional nas principais bases teóricas das Relações Internacionais, assim como uma reflexão da cooperação como instrumento para o desenvolvimento e como política externa. Em seguida, a relação bilateral franco-brasileira é analisada numa perspectiva histórica. Para uma melhor compreensão da cooperação internacional, este trabalho finaliza com um estudo de caso dos projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC.

ABSTRACT

This work has as its objective point the analysis of the importance of international cooperation focused on the public security project between France and Brazil. The article begins with a reflection on the main International Relations Theoretical framework, as well as a reflection on cooperation as a tool for development and as foreign politics. Thereafter, the bilateral relations between France and Brazil is analysed in a historical perspective. To provide a better understanding of this cooperation, this work is finalised with a case study on the cooperation projects: PRÓ-AMAZÔNIA and PROMOTEC.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I: Análise e Reflexão das Bases Teóricas de Cooperação Internacional no Cenário Contemporâneo.....	3
1.1 Entendendo a Cooperação nas Bases Teóricas das Relações Internacionais.....	3
1.2 A Cooperação Como Instrumento de Desenvolvimento	10
1.3 A Cooperação Como Instrumento de Política Externa.....	19
Capítulo II: Um Olhar nas Relações Franco-Brasileiras.....	28
2.1 Os laços vêm de longe - Origens	29
2.2 Intermédio de nossas relações: século XIX	32
2.3 Século XX - Fortalecimento, apatia mútua, deteriorização e prosperidade	36
Capítulo III: Análise e Apontamentos de um Estudo de Caso de Cooperação Franco-Brasileira em Segurança Pública.....	51
3.1 Reflexão sobre a segurança pública	52
3.2 Cooperação em segurança pública Brasil-França- os projetos Pró-Amazônia e Promotec	59
Conclusão	76
Referências Bibliográficas.....	78

Sumário de Tabelas e Figuras

Tabela 1.1:	Resumo comparativo das correntes Realista, Pluralista e Globalista.....	9
Figura 2.1:	Árvore genealógica franco-brasileira.....	34
Tabela 2.2:	Interesses nacionais brasileiros e franceses na incorporação recíproca de suas relações.....	46
Figura 3.1:	Projetos Pró-Amazônia e Promotec: Modernização do DPF.....	64
Figura 3.2:	Estrutura complexa dos Projetos Pró-Amazônia e Promotec.....	65

Introdução

Em tempos de Globalização, a cooperação internacional se torna a cada dia um fenômeno mais e mais freqüente onde nos perguntamos, quem coopera, em quê se coopera, quais as razões e suas características.

Por outro lado, a violência assume amiúde características de guerra urbana transpondo fronteiras. Segurança deixa a cada dia de ser uma preocupação interna de Estado e passa a ser um fator chave nas relações internacionais.

Com este cenário, a França e o Brasil assinam um acordo de parceria e cooperação internacional em matéria de segurança pública, firmado em razão da deficiência do Brasil neste domínio e excelência e referência mundial da França.

A escolha por um estudo de cooperação franco-brasileira se justifica pelo fato do Brasil ser o primeiro parceiro da França na América Latina para a cooperação de ordem cultural e científico-tecnológica. Ela é considerada exemplar e com créditos que se elevam à ordem de 5,2 Milhões de Euros. Por outro lado, a França é o segundo parceiro após os Estados-Unidos para a cooperação científico-tecnológica, contando com parceiros de alto nível em organismos de pesquisa nos campos de biodiversidade amazônica, genoma, matemáticas fundamentais e aplicadas, mudanças climáticas assim como com diversas empresas no campo de agricultura, saúde, política, meio ambiente, administração pública, inovação tecnológica e militar.

Assim sendo, nos propomos neste estudo, fazer uma ponte entre a cooperação internacional e a segurança pública, perfazendo um estudo de caso de cooperação franco –brasileira nos projetos Pró-Amazônia e Promotec.

Para tal, a pesquisa se estrutura com um primeiro capítulo baseado em uma análise e reflexão das bases teóricas de cooperação no cenário contemporâneo, onde entenderemos a cooperação como assistência técnica, como instrumento de desenvolvimento e como instrumento de política externa.

Num segundo momento, abordarei a história das relações Brasil-França ao longo do tempo a fim de entender o que leva ambos países a cooperarem. Afinal, os fortes laços que nos atam com a “*République Française*” se faz presente na influência na formação do nosso estado-nação desde seus interesses colonizadores, passando pelos ideais revolucionários, até os ideais republicanos. As influências se fizeram presentes desde a bandeira nacional com os escritos comtianos de “*ordem e progresso*” à gastronomia, literatura e pensamento nacional. Estas influências tão importantes, atualmente parecem estar desvanecidas no sentimento nacional.

Por fim, farei uma reflexão sobre a segurança pública nas relações internacionais e numa última parte, analisarei como estudo de caso, o Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Brasil e anteveer novas perspectivas para a cooperação e para a segurança.

Capítulo I: Análise e Reflexão das Bases Teóricas de Cooperação Internacional no Cenário Contemporâneo

How and why do States cooperate?
Viotti & Kauppi

Cooperar por quê? Para quê? Como? Perguntam os ricos: Uma ajudazinha serve? Nas diversas vertentes que caracterizam as relações internacionais, atualmente o tema da cooperação internacional está em voga. Vive-se um momento interparadigmático na medida em que muitas perguntas pairam no ar sem consenso. A cooperação é uma novidade? É uma solução para um mundo melhor? Assistência e cooperação são sinônimas? Coopera-se em quê? Quem são os atores? Quais os reais interesses de pano de fundo?

Neste primeiro capítulo, pretende-se na primeira seção responder a estas indagações à guisa das principais correntes dos estudos das Relações Internacionais, dentre elas a realista, a pluralista e a globalista. Numa segunda seção abordaremos a cooperação como um instrumento para o desenvolvimento a partir de uma abordagem histórica. Finalizaremos, analisando a cooperação como um instrumento de política externa de modo a extrair as bases para o estudo de caso da cooperação Brasil-França nos projetos Pró- Amazônia e Promotec.

1.1 Entendendo a Cooperação nas Bases Teóricas das Relações Internacionais

As Relações Internacionais se concentram em dois pilares; a dos que pensam e agem segundo os preceitos de como o mundo é e aqueles que pensam e agem de forma como o mundo deveria ser. Nesta guerra normativa entre os realistas e os idealistas, os estudos sobre a ordem mundial seguem três correntes principais: Realistas versus Pluralistas versus Globalistas.

Este estudo não pretende refletir sobre qual a corrente teórica que melhor explica as relações internacionais e sim, qual a que melhor explica a cooperação

internacional. Deste modo, numa rápida e resumida abordagem sobre os pensamentos destas principais escolas e com base na obra de Viotti & Kauppi, tentaremos responder as questões suscitadas na introdução deste capítulo.¹

Realistas

Num *overview* das conjunturas realistas do mundo, podemos resumi-las em quatro pilares. Primeiramente para os realistas, os *Estados* são os principais atores, não sendo reconhecidos ou relevadas as atuações dos organismos internacionais, empresas privadas, sociedade civil, organizações não governamentais e indivíduo.

Em segundo, os Estados são uma *unidade*, metaforicamente encapsulados por uma concha protetora denominada “Hard Shell”. Assim sendo, não se distinguem os diversos atores, interesses, regiões, necessidades e capacidades de cada Estado.

Em terceiro, os Estados agem *racionalmente*. A formulação da política externa é um processo em que os *decision makers* levam objetivamente em consideração todos os fatores e alternativas para maximizar os interesses e minimizar os riscos.

Por fim, na visão realista o mundo é hobbesiano. As relações são anárquicas e a maior preocupação será sempre a da segurança nacional. O uso da *força* e o *poder* pesam peremptoriamente na balança de ações. Assim, na divisão dos interesses, os assuntos militares e as estratégicas de segurança são de domínio da “high politics” e os demais assuntos como os econômicos e os sociais estão massificados em “low politics”.

¹ As descrições sobre as correntes supracitadas se basearam em Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *International Relations Theory*. Longman Publishers, 3ªed., 2001.

Ainda que a corrente ontológica realista seja a mais antiga e por muito a mais recorrente e predominante nos estudos sobre as relações internacionais, ela não explica e admite vários fatores da modernidade. Dentre as diversas críticas, os realistas não admitem a cooperação. É inviável cooperar num mundo anárquico onde o medo e a desconfiança predominam. Se acaso a cooperação ocorrer, trata-se de uma questão momentânea e devido a uma aliança estratégica para atingir um alvo específico e onde obviamente tirarão proveito. Estes raros casos de parceria são considerados anômalos e se devem a uma ausência de ameaça a sobrevivência. Um exemplo recente é o das alianças que os Estados Unidos realizaram para a guerra no Iraque em 2003. O alvo era diferente da justificativa anunciada e as alianças repletas de interesses obscuros. Usou-se incansavelmente a prerrogativa de “cooperar para combater o terrorismo”, mas foi uma cooperação? O fato é que para os realistas essas alianças foram momentâneas e em prol da segurança nacional.

Em suma, no mundo realista não existem boas intenções que dêem lugar à cooperação, mas há quem definitivamente acredite nela, como os pluralistas.

Pluralistas

Os Pluralistas estão inseridos no grupo dos idealistas ou utópicos que acreditam que um mundo melhor e ideal é possível. Eles também são chamados de liberais ou de construtivistas liberais e seus quatro pilares são os que seguem.

Primeiramente, aceitam tanto os Estados como os agentes não-estatais como atores nas relações internacionais. Admite-se que as Organizações Internacionais, Corporações Multinacionais e a Sociedade Civil são atores independentes e com grande influência na formação e tomada de decisões nas diversas áreas da agenda mundial. Os Organismos Internacionais são mais do que arenas em que os Estados competem. Predomina uma noção de interdependência na ordem mundial.

Em segundo, os Estados não são entendidos como uma única unidade e, conseqüentemente, distinguem-se os interesses e as ações de suas diferentes partes e componentes. Não há uma distinção clara entre os assuntos de política doméstica e externa, ambos se influenciam.

Conseqüentemente, o terceiro pilar é que o Estado nem sempre age racionalmente visto que a construção de uma política externa é o resultado da luta dos diversos interesses dos diferentes grupos e atores que coalizam e barganham.

Por fim, a agenda de políticas internacionais é extensa e variável. Rejeita-se a idéia de que assuntos de ordem militar e de segurança nacional predominam quando se necessita de resultados nas arenas social, econômica, ambiental, educacional, tecnológica, direito internacional público e privado, entre outras. Os assuntos de *welfare* passam a prevalecer na ordem de prioridades das agendas diplomáticas. Essa mudança de prioridade na agenda é reconhecida até mesmo pelo realista secretário de Estado norte americano Henri Kissinger “Progress in dealing with the traditional agenda is no longer enough. A new and unprecedented kind of issue has emerged. The problems of energy, resources, environment, pollution, the uses of space and the seas now rank with questions of military security, ideology and territorial rivalry which have traditionally made up the diplomatic agenda”.²

Para os teóricos como David Mitrany e Ernst Haas, a interdependência é benéfica justamente porque permite a cooperação. Keohane & Nye encetam o capítulo *Realism and Complex Interdependence* afirmando “We live in an era of interdependence” e contrastam a perspectiva realista com a complexa

² Kissinger, Henry, “A new National Partnership”, Department of State Bulletin, 72 (17 february 1795) In: Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *International Relations Theory*. Longman Publishers, 3ªed., 2001, página 08
Tradução da autora: “O progresso em tratar da agenda tradicional não é mais o bastante. Um tipo novo e sem precedentes emergiu. Os problemas da energia, dos recursos, do ambiente, da poluição, dos usos do espaço e dos mares agora competem com questões da segurança militar, da ideologia e de rivalidade territorial que tradicionalmente pautaram a agenda diplomática.”

interdependência pluralista. Para eles, essa interdependência move os autores agirem mutuamente nas políticas globais³.

Assim sendo, ao aceitar a existência de diversos atores e vislumbrando que a imagem do mundo é complexa, interdependente e mais além dos assuntos de rivalidade territorial, os pluralistas parecem ser a luz para entender a cooperação internacional. Como denota Viotti & Kauppi “Hence, pluralist are concerned with such general questions as: How and why do states cooperate?”⁴

Globalistas

Segundo os globalistas, para entender o mundo deve-se ter como ponto de partida o contexto global em que interagem os Estados e as outras instituições que fazem a estrutura do sistema internacional. Esta *big picture* é o resultado do entendimento de que para compreender as relações internacionais não se deve observar apenas os fatores internos estatais, mas compreender a estrutura do sistema com suas condicionantes e atores. Segundo esta vertente, os globalistas acreditam que a base do sistema é o capitalismo. Em seguida é necessário analisar segundo uma perspectiva histórica. Só é possível entender o mundo segundo o florescer e fixação do sistema capitalista global com suas condicionantes e determinantes comportamentais de todos os Estados e sociedades.

Logo, os Estados são dependentes de variáveis endógenas e exógenas. Apesar dos globalistas reconhecerem as diversidades de atores, o foco da análise é de entender os mecanismos de dominação onde cada Estado, classe ou coalisão tira proveito dentro de um sistema capitalista. Especificamente, é típico dos capitalistas se preocuparem com o desenvolvimento e manutenção das

³ Robert O. KEOHANE and Joseph NYE, Jr. Power and Interdependence: World Politics in transition. Boston: Little Brown, 1977 publicado em Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *International Relations Theory*. Longman Publishers, 3ªed., 2001. páginas 307 a 318.

⁴ Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *Op. Cit.* Página 200 tradução da autora: “Assim sendo, os pluralistas se preocupam em questões gerais como: Como e porque os estados cooperam?”.

relações de dependência entre o Norte e o Sul, na medida que são os países não desenvolvidos que fazem com que o sistema continue funcionando segundo a lógica de dominação e exploração de baixo custo de mão de obra.

Deste modo, os globalistas acreditam na “cooperação”. A cooperação existe ainda que maquiada de interesses puramente econômicos. *Business are always business*. A cooperação é um jogo de atores pré-selecionados e faz parte do mundo globalizado. Não existe nenhuma característica imoral quanto ao real interesse de pano de fundo. Para os globalistas não há nada de mal ajudar ao outro a se erguer e melhorar, no entanto é necessário tirar proveito ao ajudar, visto que nada é gratuito. Ao contrário dos realistas, eles não pensam assim em consequência de um medo do mundo anárquico, mas pelo zelo ao funcionamento do sistema capitalista. Retomando o exemplo anterior, eles explicariam que as alianças realizadas pelos Estados Unidos para a Guerra no Iraque foram por interesses econômico-comerciais como o domínio do petróleo e por interesses das empresas de engenharia visando à reconstrução no pós-guerra.

A partir destas três correntes-pilares do entendimento das relações internacionais cada uma, se ramifica em diversas teorias. Não seria proveitoso, neste estudo, avaliar todas as teorias de relações internacionais quando apenas estamos buscando analisar e entender a vertente da cooperação.

Em suma, podemos resumir os pensamentos de cada uma, como a seguir:

	Realistas	Pluralistas	Globalistas
<i>Ator (es)</i>	1. O Estado é o principal ator.	1. Há diversos atores, tanto estatais como não-estatais.	1. Estados e atores não estatais são partes operacionais do sistema capitalista.
<i>Visão do (s) ator (es) e das ações</i>	2. O Estado é uma unidade	2. O Estado é desagregado em vários componentes	2. Perspectiva histórica das relações internacionais
<i>Dinâmica</i>	3. O Estado é racional e sempre age de maneira a maximizar seus interesses.	3. A tomada de decisão na política externa não é racional visto que depende do resultado de várias condicionantes.	3. O foco são os mecanismos de dominação dentro e entre as sociedades
<i>Agenda</i>	4. Predominância dos assuntos de segurança	4. A agenda é extensa onde se predomina o que for de maior necessidade.	4. Predominância dos fatores de ordem econômica.
<i>Cooperação</i>	5. Inexistente ou ocasional com vistas estratégica	5. Possível e viável	5. Interesse por negócios
<i>Locomotiva</i>	6. Balança de poder	6. Interdependência	6. Dependência

Tabela 1.1: Resumo comparativo das correntes Realista, Pluralista e Globalista
Fonte: Elaboração da autora

Como disposto na introdução deste estudo, pretende-se compreender a cooperação internacional perfazendo um paralelo com a segurança pública e um estudo de caso de cooperação do Brasil com a França. Assim sendo, ainda que nossa análise e reflexão seja nas bases teóricas de cooperação internacional no cenário contemporâneo, nossas respostas orientam-se para a compreensão da cooperação franco-brasileira nos projetos Pró-Amazônia e Promotec.

Com base nas principais vertentes de análise das relações internacionais, qual a que melhor corresponde ao entendimento da cooperação, se é que cooperação existe. O que é cooperação? Porque os Estados e atores cooperam? Como cooperam e em quais áreas?

1.2 A Cooperação Como Instrumento de Desenvolvimento

Cooperação ou assistência? É de fundamental importância entender que não são sinônimas. Existe uma diferença de ordem conceitual e normativa. Antes de entender a disparidade, respondamos primeiramente a questão originária: De onde advém a cooperação?

Em si, a cooperação não é um fato recente. Desde os primórdios da atividade do homem, existe o conceito de que a união faz a força. Os esforços cooperativos são tão antigos como o são as nações do mundo. A Paz de Westphália de 1648 é um marco quanto à cooperação para as relações internacionais. No entanto, a cooperação como um instrumento para o desenvolvimento é algo recente.

Segundo Cervo, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento de uma nova ordem mundial gerida por dois pólos hegemônicos, a Europa encontrava-se debilitada. Com o objetivo de montagem do sistema de alianças e de preservação das zonas de influência, os Estados Unidos assistiram a Europa mediante a Doutrina Truman e o Plano Marshall que visavam implementar programas bilaterais de assistência financeira, material e político-militar. O mundo fala de “ajuda” ou “assistência internacional”.⁵

Com o engatinhar da Organização das Nações Unidas demandava-se ações para o desenvolvimento social e econômico dos países e a necessidade de cooperação entre os Estados como na sua Carta, capítulo I e IX que determina uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. E em 1948 a ONU, mediante a

⁵ AMADO, Luis Cervo. “Sociabilizando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil”. *Revista Brasileira de Política Internacional* nº 37. 1994 páginas 37-63

Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) instituem a Cooperação Técnica Internacional –CTI mediante a resolução nº 200.

Como afirma Cervo, “a CTI nasceu, portanto, em contexto estratégico, não tendo como único escopo o que lhe era próprio, mas algo mais e distinto. Essa ambivalência entre fins próprios e a função derivada manter-se-á pelas décadas seguintes”.⁶ Pelo visto, pelo menos quanto à origem da cooperação, os realistas parecem ter razão.

A noção de CTI envolvia três pilares como a transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos, o desnível entre o doador e o receptor e a execução de projetos em conjunto e com peritos, equipamentos e pesquisa. Assim sendo, observa –se que prevalece um conceito de “ajuda” ou “assistência”, onde a CTI era utilizada para fins ideológicos ou econômicos. Na ambivalência entre aliviar os efeitos da pobreza e capacitar para desenvolver, preferia-se a primeira opção.

A cooperação e assistência são termos manifestos. Cooperar é atuar juntamente com outros, para um mesmo fim, contribuir com trabalho, esforços, colaborar. Assistência é ato ou efeito de proteger, de amparar, prestar auxílio, fato de uma pessoa relativamente incapaz ser acompanhada, por quem legalmente lhe supre a deficiência.⁷ No primeiro prevalece a idéia de troca quando para o segundo a idéia é de transferência. Assim sendo, cooperar subentende uma relação de iguais ou parceiros, que desejam um propósito em comum. Assistência por si só denota desigualdade, uma parte tem e a outra não tem. São os desenvolvidos versus os sub - desenvolvidos. Trata-se de uma ajuda prestada ou recebida do exterior, na qual o país receptor tem uma participação passiva.

⁶ AMADO, Luis Cervo. “Sociabilizando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil”. *Revista Brasileira de Política Internacional* nº 37. 1994 páginas 37-63

⁷ INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Ed. Objetiva. São Paulo. 2003

Não obstante, a diferença não é apenas semântica como também focal. O mundo nos anos cinquenta e sessenta pregava por mudanças. Em 1959, a Assembléia Geral das Nações Unidas substitui mediante a Resolução 1383 a expressão “assistência técnica” por “cooperação técnica”. A mudança de enfoque está em dar lugar a uma parceria ao invés de uma relação unidirecional entre o doador e o receptor. A cooperação técnica corresponderia a um esforço em conjunto com aportes próprios e proporcionais, uma relação de troca com interesses mútuos. Com o passar do tempo, as diferentes noções se misturaram e hoje temos a impressão de que tudo é cooperação internacional quando atividades de puro assistencialismo, como o humanitarismo, por exemplo, continuam e devem existir. A assistência por si só não é desejável, mas algumas vezes é a única possibilidade. A cooperação não deve ser confundida com solidariedade ou doação. Necessita-se de uma clara relação de confiança. Ao cooperar pode haver certa solidariedade, mas é muito mais complexo posto que, para os pluralistas, há sempre uma série de interesses e atores.

Do mesmo modo, não se deve confundir, como bem salienta a Ministra Marília Sardenberg⁸ em entrevista pessoal, a cooperação técnica com a cooperação tecnológica. Como já explicado, na CTI há uma transferência quando na segunda os atores trabalham juntos pelo mesmo fim e por novas descobertas científico-tecnológicas nascidas das novas demandas a partir da década de oitenta.

Obviamente não pretendemos à discussão de querelas semânticas. O objetivo deste estudo é de entender a cooperação, e para entendê-la é necessário saber o que é. Nesta mudança de enfoque da cooperação está a legitimação dos direitos dos povos e nações de se desenvolverem, conjuntamente com o dever de cooperar dos Estados industrializados, conforme os princípios da Carta das Nações Unidas.

⁸ Ministra Marília Sardenberg é diplomata de carreira e chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT) do Ministério das Relações Exteriores. Entrevista concedida em setembro/2003

Nas décadas de setenta e oitenta a Guerra Fria atingia seu ápice e conseqüentemente as relações norte-sul enfraqueciam-se e por isso, houve uma queda na prestação de assistência. Os países do Sul demandavam um tratamento menos desigual, dispostos a fazer negócios ao invés de receber ajudar tal qual. Sob esta ótica, o lema “*trade not aid*” foi representante desta nova modalidade de cooperação para gozo dos globalistas. A partir de então se criara uma nova forma de cooperação, denominada de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento- CTPD. Em 12 de setembro de 1978 com o Plano de Ação de Buenos Aires, consagra-se este tipo de cooperação a que também chamamos de Cooperação Horizontal ou Cooperação Sul-Sul. No Brasil, a “cooperação assistencial passou a causar repugnância visto que requeria de política externa uma cooperação econômica de ciência e tecnologia a implementar-se entre partes, em condições cada vez mais igualitárias”.⁹ E assim o Brasil passou a ocupar posição de destaque e liderança na CTPD. Segundo a coordenadora geral da Agência Brasileira de Cooperação –ABC, Alice Pessoa de Abreu, “o repasse dessas experiências para os países interessados tem como principal motivação a ‘aceleração do processo de desenvolvimento’ dos países beneficiários, motivo pelo qual a cooperação internacional é freqüentemente chamada de ‘cooperação para o desenvolvimento’”.¹⁰

Em termos substantivos, a evolução do conceito de assistência para o de cooperação revela-se mediante a redução do extenso envolvimento de peritos estrangeiros substituídos pela participação de consultores por prazos curtos; o desenvolvimento de uma infra-estrutura humana, em contraponto ou em conjunto ao da infra-estrutura física dos países beneficiados; a geração de um fluxo de conhecimento que aumente, de forma diferenciada, o estoque preexistente nas organizações envolvidas e a capacitação efetiva das organizações beneficiárias no tema objeto da cooperação. Visa-se evitar a dependência permanente mais do

⁹ AMADO, Luis Cervo. “Sociabilizando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil”. *Revista Brasileira de Política Internacional* nº 37. 1994. Páginas 37-63

¹⁰ CPLP: *Oportunidade e perspectivas*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais-Brasília: IPRI, 2002 545 p. Página 203

que efetuar uma transferência de recursos, fazendo-se necessário promover o seu desenvolvimento institucional.

Com essa mudança de enfoque, o tema da cooperação internacional integrou-se definitivamente às relações internacionais. Não obstante, a cooperação internacional é mutável e, no passar dos anos sofreu transformações para se adaptar às estratégias de desenvolvimento dos países beneficiários e doadores, os quais nem sempre coincidem.

Em suma, a cooperação deve ser entendida aos moldes na definição do Ministério das Relações Exteriores brasileiro em que a cooperação internacional constitui um importante instrumento de promoção das relações externas e de apoio ao seu desenvolvimento. Por meio dos programas e projetos, os países parceiros e organismos internacionais transferem, experiências e conhecimentos técnicos e sofisticados equipamentos, contribuindo assim para capacitar recursos humanos e fortalecer instituições do país receptor, a possibilitar-lhe salto qualitativo de caráter duradouro. Da mesma forma, o Brasil transfere para outros países em desenvolvimento, com os quais mantém Acordos de Cooperação, conhecimentos técnicos e suas experiências exitosas em diversas áreas. Assim, a cooperação internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos, como forma de superar restrições que tolhem seu natural crescimento.¹¹

Entender a cooperação não é simples. Até o momento, entendemos o que é cooperar, a gênese da cooperação e sua diferença com o assistencialismo e outros conceitos ambíguos. No entanto, quem coopera? Em quê se coopera? Por que cooperar?

Segundo Viotti & Kauppi “ Since World War I, liberal thinking has particularly stressed the positive role international law can play in promoting peace and

¹¹ BRASIL *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em www.mre.gov.br. Acesso em 15/01/2004

harmony in world politics. Collaborative actions by international organizations that represents the consensus of their constituent states works to mitigate the worst aspects of anarchy and encourage cooperation”¹² E também “For selfish reasons, states find it in their best interest to cooperate with one another, creating modest get important international organization designed to facilitate the flow of mail or more ambitious endeavours aimed at ensuring international peace”.¹³

Segundo David Mitrany, com uma sociedade moderna, criam-se problemas técnicos que só podem ser resolvidos por especialistas e não-políticos. A proliferação de problemas comuns requer soluções corroborativas. Assim sendo, problemas não-políticos como econômico, social, científico e outros devem ser resolvidos por especialistas não-estatutários de países afetados. Isso explica quem coopera e porquê. Os Estados cooperam. No entanto, empresas privadas, ONGs, sociedade civil, multinacionais e transnacionais, também têm forte poderio colaborativo, unindo-se sempre para resolver problemas em comum como poluição, desavenças naturais, ou mais amiúde para angariar mais e maiores mercados.

Por outro lado, cooperação e paz são termos inter-relacionados, até mesmo suscitados por Kant em sua obra *Projeto para a paz perpétua* em que preocupou-se em responder porquê o homem se afeta com problemas que atingem a outros do outro lado do mundo¹⁴.

Desta forma, a cooperação é tão grande e complexa como o mundo. Coopera-se nas mais diversas áreas, econômica, comercial, política, tecnológica,

¹² Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *Op.Cit.* página 203. Tradução da autora: “Desde a Iª Guerra Mundial, o pensamento liberal forçou particularmente o papel positivo que a lei internacional pode ter em promover a paz e a harmonia na política mundial. As ações colaborativas por organizações internacionais que representam o consenso de seus estados constituintes servem para eliminar os piores aspectos de anarquia e para incentivar a cooperação”.

¹³ Viotti, Paul e Kauppi, Mark *Op.Cit.* página 211. Tradução da autora: “Para razões egoístas, os estados consideram ser de seu melhor interesse cooperar uns com os outros, criando modestas ainda que importantes organizações internacionais projetadas a facilitar o fluxo de informações ou com esforços mais ambiciosos visado assegurar a paz internacional.”

¹⁴ Título original da obra *Projet de paix perpétuelle* (1795)

social, científica, militar, espacial, agricultura, meio ambiente, indústria entre outras. Ainda segundo Mitrany, o sucesso da cooperação em uma determinada área se deve a cooperação em outras áreas co-relacionadas, numa idéia de ramificação, posto que estes domínios são interdependentes. Haas também concorda afirmando “*The number of actors is very large. Each pursues a variety of objectives which are mutually incompatible [...] Each actor is tied into a network of interdependencies with other actors that are as confused as the first. Yet some of the objectives sought by each cannot be obtained without cooperation from others*”.¹⁵

Do mesmo modo que, se coopera nos mais diferentes domínios coopera-se pelas mais variadas razões. Não se deve crer que a cooperação internacional seja impulsionada somente pelo desejo de se trabalhar em conjunto visando à troca de experiências e ao desenvolvimento mútuo. Como afirmam os globalistas, a cooperação envolve decisões de dois ou mais Estados de satisfazerem necessidades próprias e específicas dos grupos que representam. Qualquer atividade de cooperação pressupõe uma motivação básica que é o seu interesse. Esse *leit motiv* não necessariamente está claro. Muitas vezes a cooperação é utilizada como meio para atingir um determinado interesse, ou seja, como uma parceria estratégica. Numa ação cooperativa, os parceiros podem ter interesses distintos.

Os céticos quanto à cooperação usualmente argumentam que não há cooperação porque sempre há interesses próprios, atores pré -selecionados que não buscam o fim *per si*. Esse argumento não é válido. Seria ingenuidade demasiada crer que se age sem um fim e sem um interesse próprio. O fato de se unir por algum interesse não desagrega valor à cooperação. Os interesses podem ser diversos como o aumento de poder e influência, captação de novos recursos,

¹⁵ Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *Op.cit* página 214. Tradução da autora: “O número dos atores é muito grande. Cada um persegue uma variedade dos objetivos que são mutuamente incompatíveis. [...] Cada ator está amarrado em uma rede das interdependências com outros atores que são tão confusos quanto os primeiros. Contudo alguns dos objetivos procurados por cada um não podem ser obtidos sem a cooperação de outros.”

aumento de negócios, resolução de conflitos, resolução de problemas comum entre outros. A cooperação exige um comportamento racional, onde os ganhos e as recompensas não são necessariamente quantitativamente e qualitativamente semelhantes entre os co-atores.

Em suma, os neo-realistas argumentam que “cooperam” porque de outro modo não sobreviveriam e os neoliberais porque podem fazer coisas que de outro modo não fariam.¹⁶

Os Pluralistas observam que quando o Estado e a sociedade estão integrados devido à expansão das tarefas colaborativas em áreas técnicas, todos ganham seguindo a lógica do *positive sum game* em oposição ao *zero sum game* dos realistas, em que há sempre um que perde em detrimento do ganho do outro. Por conseguinte, custaria ao Estado muito mais caro quebrar estes laços e é por isso que a integração econômica vem antes da política. Esse conceito também é evidenciado por Irineu Strenger na obra intitulada *Relações Internacionais*¹⁷. Já os construtivistas que argumentam que os conceitos de soberania, igualdade e interesse nacional são construídos, logo, se os Estados e atores não estatais se habituarem a cooperar, se desenvolve identidades coletivas e assim se evita a anarquia internacional. Deste modo, a cooperação ocorre entre países distantes ou com níveis de desenvolvimento distintos, como na cooperação bilateral brasileira com Angola ou com o Japão.

Ainda sobre as razões que levam à cooperação, vale citar o institucionalista neoliberal Robert Keohane. Para este, a cooperação intergovernamental é um ato de coordenação política a partir de uma hierarquização de preferências e avaliação de custos e benefícios. A cooperação só existe porque há conflito ou discórdia. Se houvesse harmonia não se cooperaria, sendo a discórdia entendida como ausência de ajustes políticos. Assim sendo não há cooperação quando

¹⁶ Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *Op cit.* Página 216

¹⁷ STRENGER, Irineu. *Relações Internacionais*. São Paulo: LTr 1998 página 31

políticas do outro ator facilitam os seus objetivos, ou seja, quando não há ameaça de conflito. Essa vertente é diretamente antagônica ao pensamento realista.

Contudo, é necessário ter um espírito crítico e empírico e analisar o fator qualitativo da cooperação. Dito de outra forma, não necessariamente ela trará benefícios aos atores, sejam eles públicos ou privados. Como já dito, a cooperação estabelece laços de interdependência, que limita a ação e soberania em detrimento do interesse nacional ou empresarial. A exemplo, os países produtores de petróleo ao criarem o cartel da OPEP causaram sérias modificações no cenário político e econômico mundial nos dois choques de petróleo. No campo privado exemplos de parcerias prejudiciais são inumeráveis como, por exemplo, o monopólio de bancos ou de determinadas *commodities*. Ou mesmo a própria Organização das Nações Unidas que fora concebida como a união de todas as nações para a manutenção da paz e garantia de um mundo melhor se esbarra sobre as decisões pessoais dos membros permanentes do Conselho de Segurança, ou do cartel dos 7 países mais ricos do mundo -G7 nas decisões da economia mundial. Assim sendo, apesar da intenção e princípios, a cooperação pode ser usada para diversos fins, sejam estes benéficos ou não. A nível nacional podemos citar o fracasso da cooperação com a Alemanha para a indústria nuclear em Angra dos Reis.

Assim sendo, vimos que a cooperação é ampla e complexa. A noção de cooperação para o desenvolvimento é recente. Por muito tempo, a cooperação foi entendida como simples ato assistencial. A cooperação como ação única de Estados é ultrapassada, tendo hoje diversos atores como a sociedade civil, comunidade civil, empresas, ONGs. Por conseguinte, coopera-se nas mais diversas áreas e obviamente pelos mais diversos interesses e razões. A cooperação não obedece a uma lógica inerente. A sua dinâmica envolve as características da estrutura doméstica dos Estados, a forma como estes barganham entre si e a disposição do sistema internacional à coordenação de políticas. Eis o princípio da cooperação para o desenvolvimento, no entanto a

cooperação pode também ser um instrumento de poder como fim da política externa.

1.3 A Cooperação Como Instrumento de Política Externa

A cooperação Internacional tem como princípio básico ser considerada por seus governos como um instrumento de política externa agregada ao planejamento estratégico, além de ser um mecanismo auxiliar de promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos mesmos. Deste modo, além da cooperação internacional constituir um instrumento privilegiado de promoção do desenvolvimento nacional, uma vez que anseia a transferência de conhecimento e técnica de certos países e de organizações internacionais, promove também a desenvolvimento de suas relações político-econômicas e comerciais com os parceiros. O próprio governo brasileiro entende como sendo um “instrumento moderno, eficaz e indispensável de política externa e meio auxiliar de promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país.”¹⁸ O tema da cooperação é tão preponderante que ele é a principal pauta nas definições das agendas de política externa dos países, principalmente a dos sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento, na medida que possuem limitados recursos econômico-comerciais de barganha.

Este pressuposto básico da cooperação se deve à questão do uso do poder, muito embora parta-se do princípio que a cooperação *per se* estabeleça um equilíbrio. Supostamente, ao cooperar não haveria de haver uma relação de poder na medida que ambos abrem mão de sua soberania em prol de seus interesses próprios na busca de um fim comum. Ao cooperar, os países majoram sua presença externa e assim impõem ou concretizam suas vontades.

¹⁸ BRASIL, MRE. Agência Brasileira de Cooperação-ABC, I Seminário sobre “A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” In AMADO, Luis Cervo. “Sociabilizando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil”. *Revista Brasileira de Política Internacional* nº 37. 1994 páginas 37-63

Vale abordar que ao cooperar se estabelece também uma relação de interdependência que se não administrada pode afetar o uso de poder de um país, empresa ou organização. Essa interdependência esta diretamente relacionada com as limítrofes da soberania, capacidade e liberdade de ação.

A natureza do poder de um país é de definição complexa sendo mais que um somatório de suas potencialidades, como recursos naturais, dimensão, importância econômica e ou poderio bélico ou ideológico, valores e cultura. A exemplo do uso do poder via cooperação é o que o Brasil visa a expressar pela Cooperação com os Países de Língua Portuguesa - CPLP ou mesmo com o MERCOSUL ao se destacar como líder regional. Este uso de poder corresponde estreitamente com a visão realista graças à noção de balança de poder.

Segundo a neo-realista Susan Strange, há duas formas de poder na política econômica internacional; a *relacional*, que é a capacidade de um ator de fazer com que outro realize algo que ele não seria capaz e o poder *estrutural*, que corresponde ao poder de escolher ou adequar as estruturas econômicas na política internacional para que todos atuem, definindo a agenda e o regime internacional.¹⁹ Numa relação entre parceiros, aquele que detiver o conhecimento ou crédito terá maior poder de barganha e definirá a agenda da parceria.

Ainda sob o foco neo-realista, o consagrado Joseph Nye, explica que na cooperação percebe-se o uso do “*hard power*” nos assuntos tradicionais de poder como político e militar e o “*soft power*” presente numa expressão de poder intangível e não coercitivo como a expansão tecnológica, terrorismo, tráfico e meio ambiente. A cooperação interfere tanto nos assuntos como a angariação de apoio ou votos nos assuntos de interesses em foros multilaterais, como nas questões como poluição de rios, controle de doenças, crime organizado e imigrações

¹⁹ STRANGE, Susan. “The persistent myth of lost hegemony” In: International Organization Journal. Cambridge. Cambridge University Press. Vol. 41. Issue 4. 1987 citado por MACHADO, Fernando Vieira, “Análise da cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) no Brasil, pela teoria das relações internacionais” em *Revista Universitas de Relações Internacionais*, Vol. I nº 2, UniCEUB, 2003, página 161

indesejáveis. Questões que *a priori* parecem ser domésticas e onde não cabe a ingerência externa acabam sendo ações cooperativas como no caso do tráfico de drogas na Colômbia e suas consequências via Fernandinho Beira Mar no Brasil ou a pneumonia asiática ou até mesmo a queda de um regime político como na Venezuela ou no Haiti. Na cooperação internacional, em virtude da interdependência, é estreita e complexa a relação entre a política doméstica e externa sendo fonte de pesquisa de diversos teóricos como James Rosenau e Helen Milner.

Vale frisar que a cooperação é específica. Significa dizer que atores podem ser parceiros num determinado assunto e não em outro. Por exemplo, França foi contrária a Guerra do Iraque junto aos Estados Unidos, no entanto são coadjuvantes na questão do Haiti e em muitas outras, empresas concorrentes podem se unir em determinado setor em determinado país, assim como ONGs podem ser parceiras com determinadas entidades mas contrária em alguns assuntos.

Graças a essa diversidade de interesses, países atam laços de amizade com os mais variados parceiros. O Brasil por sua vez, vem trabalhando em parceria com países amigos e organismos internacionais há cerca de quatro décadas. O atual Governo vem estreitando os laços políticos com a Europa, com a África como na recente visita a Angola, com a Ásia principalmente com China e Índia e, sobretudo com os países latino-americanos. Os interesses vão desde a construção de alianças para a nossa permanente presença no Conselho de Segurança, à dinamização da interação comercial, perpassando pela promoção de políticas preferenciais, a cooperação espacial e de políticas sociais.

Sem adentrar no mérito de definir o que é “interesse nacional”, ao cooperar, o Estado entra no contra-senso entre o interesse nacional e a soberania nacional. Em nome da soberania nacional, países agem conforme seus interesses domésticos, mesmo que esses sejam inequivocadamente contrários à consecução

de ações em harmonia com os interesses das sociedades internacionais e voltados para o bem estar da humanidade. A exemplo, os Estados Unidos querem a ALCA. Há interesse nacional que poderia ser solucionado via acordos bilaterais, porém sabe-se que isto seria impossível ou improvável. Não se pode agir sozinho. Logo, para aumentar sua zona de influência decide abrir mão de determinados interesses e de sua soberania e cooperar. Aqui, a imposição de seus interesses se opõe à cooperação. Como impor sua vontade e querer cooperar? Neste caso, muitas vezes opta-se por abrir mão da soberania nacional em prol dos interesses nacionais. Segundo o discurso do embaixador João Carlos Muniz na II Assembléia Geral das Nações Unidas “A cooperação internacional pressupõe não somente a existência de um instrumento adequado para mobilizar as diversas formas de atividade coletiva, mas também um mínimo de acordo entre as diversas nações sobre questões fundamentais, como a natureza das relações internacionais e das relações entre os indivíduos e a comunidade. Em outras palavras, a cooperação é condicionada por um determinado grau de unidade espiritual entre as nações. [...] A organização das Nações Unidas é um instrumento propiciado por nações soberanas que voluntariamente aceitam certas restrições à sua liberdade de ação, em vistas das vantagens decorrentes da cooperação”.²⁰

É nesta égide de abrir mão dos interesses domésticos que nascem as grandes coligações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Organização dos Estados Americanos, Liga dos Estados Árabes, Associação das Nações do Sudeste Asiático entre tantas outras. Para deleite dos globalistas, podemos citar as cooperações econômico-comerciais como a União Européia, o Mercosul, Organização dos Países Produtores de Petróleo, Tratado de Livre Comércio do Atlântico Norte, Fundo Mundial Internacional e a nova junção da Ambev com a Interbrew denominada de Aliança Global no domínio do mercado cervejeiro.

²⁰ FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995*. Brasília FUNAG, 1995 596p. página 39

Como consenso internacional, admite-se que a União Européia é o guia da cooperação como instrumento para o desenvolvimento e de política externa atuando nas áreas política -econômica e social, ainda que conviva com problemas pontuais. Exemplos são diversos de cooperação de política externa como aliança estratégica como a dos Estados Unidos com Israel. Assim sendo, a cooperação é também um instrumento de política externa no uso do poder e de concertação das relações de política internacional versus doméstica.

Tendo em vista que este trabalho visa a analisar a cooperação internacional e analisar um estudo de caso nas relações franco-brasileiras e cientes que já analisamos a cooperação nas bases teóricas das relações internacionais, como instrumento de desenvolvimento e como instrumento de política externa, não poderíamos deixar de nos questionar como tem sido as ações cooperativas no Brasil, para o Brasil e do Brasil e ações respectivas do lado francês.

Como bem denota Lessa, a práxis diplomática brasileira é tradicionalmente moldada pelo universalismo, pacifismo e juridicismo e sempre se entusiasmou com as relações bilaterais diversificadas aos quatro cantos do planeta principalmente com a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros implementada em 1961 em que se declarava certa autonomia quanto à estreita e antiga aliança com o hegemônico Estados Unidos.²¹ Desde a Segunda Guerra Mundial, o Brasil estabeleceu paulatinamente o seu universalismo com parcerias estratégicas, tornando-se um *global trader*. É com essa configuração que o atual governo brasileiro, segundo o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirma que “Dispomos de uma sólida base de amizade e cooperação com cada um dos países da região, a qual se beneficia, hoje, de um forte compromisso democrático”. E que “A ação diplomática do Governo Lula está impregnada de uma perspectiva humanista, que faz com que seja, a um só tempo, instrumento de desenvolvimento nacional e defensora de valores universais. Assim, nos

²¹ LESSA, Antônio Carlos. “A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais”. *Revista brasileira de Relações Internacionais* p. 29-40

concentraremos tanto em projetos de interesse imediato – com ênfase na promoção da integração do MERCOSUL e da América do Sul, na articulação de uma agenda comercial afirmativa e na intensificação de parcerias bilaterais – como em objetivos de natureza mais ampla, como a redução do hiato entre ricos e pobres, a promoção e proteção dos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e a construção de um mundo mais justo, [...]”.²²

Com base em Cervo, nos anos sessenta agregou-se a CTI duas novas funções, a da captação de ciência e tecnologia e o fortalecimento do interesses e a presença no exterior. Entre o final dos anos 1960 e 1980, o sistema de CTI encontrou seu apogeu e declínio. O Brasil criara condições ideais como a inserção racional da CTI na política externa, flexibilidade para aceitar fins próprios e não próprios para a CTI pelos países avançados, montagem de um sistema nacional de gerência de cooperação técnica, agências internas e formação da opinião pública. O Brasil captou ínfimos recursos apesar de ter-se voltado na época inteiramente para o desenvolvimento nacional. Até 1983, dos 4353 projetos com o PNUD, o Brasil se beneficiou com 0,7% dos 2,9 bilhões em todo o mundo.²³

O conceito brasileiro de cooperação baseia-se em três alicerces, o significado político refletindo a política externa e usada para o aumento de liderança e simpatia internacional, o fim econômico para a capacitação de insumos externos para o desenvolvimento industrial e capacitação tecnológica para a substituição de importação e o *Modus Faciendi*. Quanto a este último, o Brasil nunca estabeleceu em si uma política regulatória para a cooperação internacional. Ele usou -se de seu pragmatismo explorando oportunidades de onde melhor convieram.

Quanto à cooperação no Brasil, pode se afirmar que quanto aos impactos desdobrados, nos tempos áureos a cooperação fora principalmente recebida da

²² AMORIM Embaixador Celso Luiz, “A Diplomacia do Governo Lula.” Disponível em <http://www.dc.mre.gov.br/brasil/page41.asp> Acesso em 15/01/04.

²³ AMADO, Luis Cervo. “Sociabilizando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil”. *Revista Brasileira de Política Internacional* n° 37. 1994. páginas 37-63.

Alemanha, França, Japão, Itália, Grã-Bretanha além as agências competentes do sistema ONU. Os projetos eram bem sucedidos graças à cooperação de pessoal, nível adequado das agências e extensão dos benefícios à mais ampla camada da população. A cooperação recebida no Brasil se implementou por todo o país, com resultados claros na habilitação e capacitação, técnicas mediante pesquisa, disseminação de bem estar social, aumento da produção e da produtividade agrícola, desenvolvimento nas áreas como engenharia, telecomunicações e indústria de base. Graças à cooperação internacional recebida seja por via bilateral seja multilateral com a participação de atores como BID, PNUD e UNCTAD, o Brasil tem hoje centros de referência como a Embrapa, Fio Cruz, aeronáutica, energia elétrica, álcool combustível e em áreas da saúde como o combate e prevenção AIDS e sarampo.

Assim, quanto à cooperação brasileira ela tem sido de forte interesse e de grande valia graças a um sistema nacional eficiente. O problema reside na repercussão e desdobramento dos benefícios obtidos à massa populacional e não no seu estancamento em centros de conhecimento, empresas e governo via relatórios engavetados.

Quanto à cooperação do Brasil, este tem paulatinamente acrescido sua presença no exterior nos mais diversos domínios. Tem prestado auxílio tanto liderando a reconstrução no Timor Leste tanto ensinando a americanos, argentinos e muitos outros o processo democrático de votação eletrônica ou na reconfiguração da economia cubana. O Brasil é tanto líder na cooperação entre países em desenvolvimento tanto capaz de cooperar lado a lado com os desenvolvidos. Isto demonstra que na cooperação não significa que os membros tenham níveis igualitários.

Por seu turno, para a França a cooperação sempre esteve inserida na política externa desde as épocas reinais. Como ex-potência, sua forte influência global permite que a França seja um mediador e representante das vontades da Europa e União Européia. Ela coopera tanto com seus vizinhos, tanto com países ricos,

tanto com suas ex-colônias ou nações com laços históricos ou que representem um caminho para seus interesses. Graças à cooperação, a França entre outros países se recuperaram no pós-guerra, desenvolveram suas indústrias com produtividade e tecnologia e inovaram no comércio se tornando referência nas mais diversas áreas.

Graças ao todo exposto acima, vemos que ao analisar a cooperação a luz dos conceitos realistas, pluralista e globalistas, não há um consenso até porque “no theory can be expected to explain everything”.²⁴ A cooperação não segue nenhuma lógica estrita, sendo dependente de vários fatores e interesses. Contudo podemos afirmar que a ótica institucionalista liberal ou neopluralista é a que melhor se aproxima dos entendimentos sobre a cooperação na medida que reconhece a necessidade de uma agenda plural, questiona as organizações internacionais e reconhece que os interesses movem as ações, ainda que seja o lucro em concordância com os globalistas. A cooperação intergovernamental é uma noção retrógrada visto que hoje a cooperação tem cada vez mais atores, ao avesso dos realistas. Cooperar é preciso e é a solução para um mundo melhor, no sentido mais amplo do termo existente. Cooperar, apesar de ser um jogo de atores pré-selecionados e ilógico tem trazido enormes contribuições para um mundo melhor e mais integrado. Cooperar denota a necessidade de pontos focais como a amizade e a confiança para agir com êxito em áreas tão distintas como o estabelecimento de uma fronteira de paz quanto para angariar novos e maiores mercados. A cooperação tampouco dever ser entendida como ação isolada e distante, e sim como, uma ação que também é individual e muito usada nas ações de cidadania locais. A cooperação internacional foi analisada nas bases teóricas das relações internacionais, como instrumento de desenvolvimento e como instrumento de política externa e é tão complexa posto que demanda o entendimento das relações entre os diversos atores internacionais segundo suas múltiplas facetas. Ainda que os atores e suas razões sejam diversos, vimos também que a cooperação internacional trouxe tantos benefícios repercutidos em

²⁴ Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *Op. Cit.* página 358

todas as esferas que surge como a luz do túnel para os problemas globais, baseado no princípio de que a união faz a força e faz melhor. Em síntese, não há limites para a cooperação, uma conjunção sinérgica pautada por uma política de reciprocidade e de autodeterminação dos povos, utilizada como uma mixórdia entre desenvolvimento e política externa.

Assim sendo, vemos que a cooperação está cada vez mais inserida nos objetivos e ações internacionais sendo foco de pesquisa de grandes estudiosos. Se cooperar é preciso e uma solução, para entender na prática essa corroboração, realizaremos a seguir um estudo de caso dos projetos Pró-Amazônia – Promotec detalhadamente e co-relacionando com estas correntes epistemológicas. Para tal, buscaremos por hora entender as relações franco-brasileiras.

Capítulo II: Um Olhar nas Relações Franco-Brasileiras

*O país longínquo descoberto por nós foi
chamado de France Antartique
Capitão Nicolau de Villegaignon.
Rio de Janeiro, 1555²⁵*

Conforme mencionado na introdução do presente trabalho, pretende-se compreender a cooperação internacional perfazendo um paralelo com a segurança pública e um estudo de caso de cooperação franco-brasileira nos projetos Pró- Amazônia / Promotec. Assim sendo, uma pergunta fundamental paira no ar: Como tem sido a relação bilateral entre o Estado Francês e o Estado Brasileiro?

Esta questão básica engloba um conjunto de sub-questionamentos tais como: Brasil e França são países amigos? A França influenciou a formação da sociedade *brasilis*? Como se deu tal influência? Estes países sempre se relacionaram da mesma maneira? Como? Por quê? O que os leva a se relacionar?

Pelo acima exposto, este capítulo objetiva responder a estas e outras indagações, percorrendo, em linhas gerais, alguns acontecimentos históricos marcantes que entrelaçaram ambas nações. Obviamente, não se trata aqui, de narrar 500 anos de relações bilaterais em termos de fatos longínquos e sim de extrair numa visão abrangente, o sentido e a explicação de seus vínculos sempre em vista a entender a cooperação. Para tal, neste capítulo, veremos primeiramente as origens das relações franco-brasileiras, em seguida, os fortes vínculos do século XIX e por último a sua deteriorização e a sua reaproximação no século XX.

²⁵ Texto original em francês. Fondation Calouste- Gulbenkian. 1987 In: LAFAYE, Jacques. *Brasil y Francia: una intimidad secular*. Universidad Nacional Autónoma de México. México DF. 2001, página 80

2.1 Os laços vêm de longe - Origens

As relações franco-brasileiras se iniciam no século XVI com as grandes descobertas. Na corrida expansionista, a França imperialista sempre se interessara pelas terras brasileiras e jamais se resignaria com a repartição de soberania territorial estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas luso-espanhol. Já pronunciava o rei François I em 1517 “Que me mostrem o testamento de Deus conferindo aos Reis de Castela e Portugal o direito de repartir a Terra entre as suas Coroas” e também nesta versão “Eu queria ver a cláusula do testamento de Adão que exclui a França desta divisão”.²⁶

O vínculo com a França é tão forte que há inclusive quem afirme que as frotas francesas comerciais conheciam as terras brasileiras antes de Cabral graças às viagens de Jean Cousin em 1488. No entanto, a França retomou o caminho comercial para o Brasil apenas em 1503, com Binot Paumier de Gonneville.²⁷

Aos olhos da França, o Brasil despertava duas atrações principais: o comércio do Pau –Brasil e a civilização dos selvagens. Como fontes secundárias, as riquezas da terra, algodão, animais exóticos, especiarias, plantas medicinais, essências e produtos nativos também despertavam a cobiça francesa.

Neste raiar do século XVI, a França vivia plenamente a época renascentista. A língua francesa firmava-se na corte e respirava-se os escritos da Rabelais, Ronsard e Montaigne. Na mais célebre obra de Montaigne, *Essais*, o Brasil ainda em seu berço influenciava fortemente o desvendar do mito do bom selvagem. Questões de como o homem é na sua essência, a civilização do homem natural e sobre tudo a sua descrição baseava-se no estudo do índio brasileiro. A liberdade, a exploração da natureza virgem, a beleza das índias e o

²⁶ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Brasil-França, ao longo de 5 séculos*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979. Página 30

²⁷ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Op. cit.* Página 58-59

espírito de aventura foram extensivamente louvados pelos estudiosos sociais e filósofos da época, graças as descrições do Brasil feitas por André Thévet, Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux.

A curiosidade em entender o bom selvagem fez com que os franceses se aproximassem e criassem amizades com os índios, ao contrário dos portugueses, que apareciam como dominadores. Segundo Tavares de Lyra, sobre esta amizade dos franceses com os índios, Gilberto Freyre afirma no prefácio de sua obra "Um engenheiro francês no Brasil" que os franceses davam, pela predileção protestante, importância à boa convivência e técnicas de trabalho manual, ao oposto dos jesuítas portugueses que preferiam ensinar as artes e o catecismo. Os franceses não só cativavam as índias com espelhos e apetrechos como também os armava e os habilitava para lutarem contra os portugueses e entre as tribos. Esse era o início da cooperação militar franco-brasileira.

Para os franceses, o índio americano era o índio brasileiro, seu único referencial. Assim sendo o Brasil, do mesmo modo que foi influenciado claramente e impostamente pela Europa, também influenciou o pensamento e costumes da época com imagem do bom selvagem foi uma máquina de guerra ideológica que iria tambalear a autoridade da Igreja e contribuir para a queda da monarquia. Portanto, desde o século XVI, Brasil e França cooperaram intelectualmente. A exaltação de nossos índios, louvores a suas maneira de viver, as descrições das viagens, ebulição intelectual, frotas comerciais deram origens às relações franco-brasileiras que nunca deixaram, de certa forma, de existir através dos últimos cinco séculos, dando frutos ao período colonial, transferência da corte Portuguesa, abertura dos portos à navegação internacional e a maior penetração do pensamento francês na cultura brasileira.

Apesar do fenômeno de colonização francesa ter se iniciado em 1548, a França estabelece em 10 de novembro de 1555 pelo Almirante Nicholas Durand de Villegaignon, com o patrocínio do almirante Coligny e a simpatia do rei

Henrique II, a chamada França Antártica. O interesse francês pelo nosso território era tamanho que o Brasil foi o primeiro departamento francês de ultramar. Em 1612 fundam a cidade de São Luis como a capital da França Equinocial em homenagem ao rei Luis XII.

A França Antártica e a França Equinocial tinham por objetivo também de servir de refúgio aos reformadores de Calvino, vítimas da perseguição e da intolerância dos católicos além de todas as possibilidades de exploração comercial suscetível. Deste modo, o Brasil era para a França o verdadeiro Eldorado, com exuberâncias paradisíacas, riquezas comerciais, liberdade selvagem, inspiração intelectual e proteção aos perseguidos. Como observou o sociólogo Jean de Lery, tratava-se de servir a Deus de acordo com o evangelho reformado, protegendo os perseguidos por suas idéias nas distantes terras brasileiras. Esse sítio de exílio foi por muito tempo utilizado, pelos franceses ainda que estes não tenham estabelecido colônias de imigrantes fortes como os alemães e italianos. Posteriormente é a França que serve de abrigo aos diversos perseguidos brasileiros, como a exemplo Chico Buarque e Fernando Henrique Cardoso.

Contudo, a França fracassa no estabelecimento de sua França Antártica e Equinocial. Com o tempo se estabelece na Amazônia, Nordeste e Rio de Janeiro com constantes conflitos com a coroa Portuguesa em sangrentas batalhas. A primeira tentativa de colonização no Maranhão foi em 1594²⁸. Estrategicamente a colônia francesa ameaçava desorganizar os circuitos econômicos espanhóis, visto que estes se baseavam no comércio com as Índias Ocidentais e por sua vez, a Amazônia também ocupava lugar estratégico geopolítico, permitindo acesso ao Peru e a Bolívia. Tal peculiaridade da geopolítica brasileira gera conflito internacional entre Portugal, Espanha, Holanda e França.

²⁸ LAFAYE, Jacques. *Brasil y Francia: una intimidad secular*. Universidad Nacional Autónoma de México. México DF. 2001. Página 49

Apesar das vitórias conquistadas, do bom relacionamento e confiança com os nativos e a aceitação da soberania francesa visto que estes se adaptavam aos hábitos e costumes do país, segundo Lafaye, o fracasso francês se deve a três razões: a divisão interna, a crescente hostilidade com os conquistadores portugueses e a falta de apoio da monarquia francesa. Ainda assim, a França deixa fortes lastros com o batismo da ilha de Fernando de Noronha²⁹, assim como suas idéias influenciariam os século das luzes com Descartes.

Em síntese, cito Lafaye: “En Francia, el Nuevo Mundo americano se confundió, en sus orígenes, con los paisajes, las riquezas, las plantas, los animales del trópico y los indios del Brasil. El exotismo, que ha ocupado un lugar tan destacado en nuestra literatura y en nuestras artes plásticas, en nuestra alimentación y en nuestros sueños...en una palabra, nuestra cultura, nació del encuentro de los franceses con el Brasil.”³⁰

Apesar da suposta perda do Brasil, a França assim como a Europa ganharam uma nova visão de humanidade que dariam margem aos laços franco-brasileiros perdurarem sob outras facetas, as quais veremos a seguir.

2.2 Intermédio de nossas relações: século XIX

Dando um salto para o alvoroçado século XIX, este já começa com um grande fato para a história nacional brasileira: a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Apesar da crise colonial, o rei Dom João IV só fugiu em 1808 para a nossa colônia por causa do ultimatum de Napoleão, ou seja, por fito dos franceses. A seguir, o Brasil seria cada vez mais influenciado pelo espírito francês, inclusive no pensamento político que inspirou os movimentos

²⁹ Claude d’Abbeville batiza a ilha como “Fernand de la Rogne” que significa pequeno paraíso. Op. Cit. Página 72.

³⁰ LAFAYE, Jacques. *Op. cit* Página 45. Tradução própria: “Na França, o Novo Mundo americano se confundiu, em suas origens, com as paisagens, as riquezas, as plantas, os animais dos trópicos e os índios do Brasil. O exotismo, que ocupou um lugar tão destacado em nossa literatura e em nossas artes plásticas, em nossa alimentação e em nossos sonhos, nasceu do encontro dos franceses com o Brasil”.

republicanos como a Inconfidência Mineira de 1789 e a Revolução Praieira de Pernambuco, em 1817.

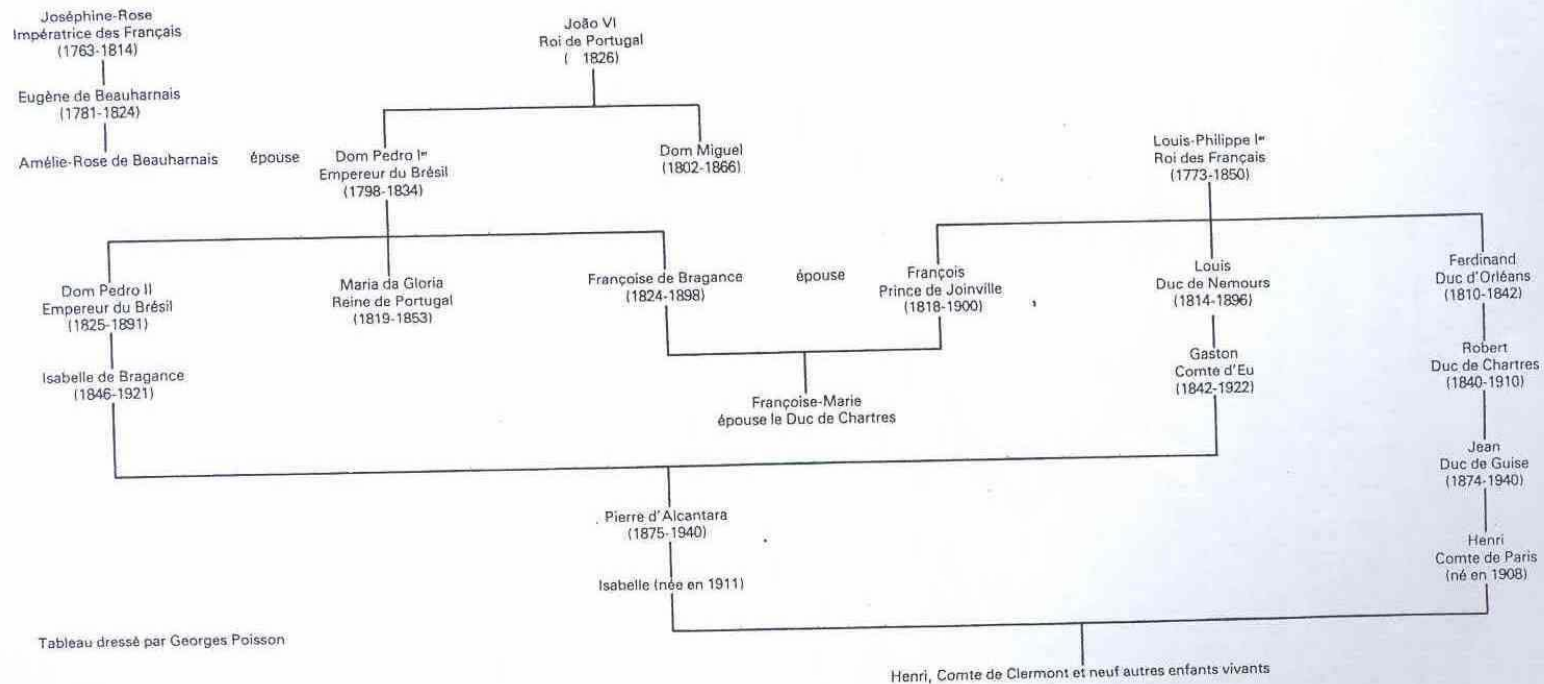
Por sua vez, as lutas de Independência têm em seu berço os enciclopedistas e filósofos do século das luzes como Rousseau, Montesquieu, D'Alembert, Diderot e La Bruyère que influenciaram o espírito liberal do patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio. Culturalmente, a transferência da corte para o Rio de Janeiro trouxe consigo todo um *modus vivendi* parisiense, cuja Rua do Ouvidor é o maior símbolo.

Com o advento do Primeiro Reinado, veio a aliança dos Braganças com os Orléans, que uniria e irmanaria ainda mais ambos povos, como podemos ver na árvore genealógica destas famílias reais na figura 2.1.

No Segundo Reinado, como grande amante da intelectualidade francesa, o Imperador Dom Pedro II trouxe para o Brasil grandes valores da cultura francesa que influenciaria a cultura local em todos os seus aspectos, sobretudo no campo da educação nacional, nas inovações políticas e na implantação da nova estrutura econômica.

Vale lembrar que, como países distantes e fronteiriços e ainda sob o jugo napoleônico, restava solucionar uma pendência territorial: a questão da Guiana e do Amapá. Com a revolução francesa, o período Napoleônico e a transferência da Corte levaram como represália e trunfo para futuras negociações de paz, a conquista de Caiena em 1809, após a declaração de guerra em 10 de junho de 1808. Com a queda de Napoleão a situação da Guiana seria regularizada em 1817 e as relações restabelecidas. Ainda assim, a questão da Guiana seria solucionada apenas na Conferência de Viena determinando o rio Oiapoque como limítrofe.

FAMILLES ROYALES DE FRANCE, PORTUGAL ET BRÉSIL



Publicado no trabalho do Embaixador Lyra Tavares sob o título "D. Pedro I em Meudon", inserido no *Boletim do Museu de Meudon* (Ano 39º — N.º 135 — França, 1975).

Figura 2.1: Árvore genealógica franco-brasiliera

Fonte: TAVARES, Aurélio de Lyra. Brasil-França, ao longo de 5 séculos. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979 Página 81

Com a queda de Napoleão, o Brasil recebera enorme quantidade de artistas, cientistas, pesquisadores, artesãos, militares de renome, intelectuais que fariam no Brasil vida nova, influenciando-nos fortemente tendo recebido posteriormente até Georges Bernanos, Jean Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay. Foram sinais de entrelaçamento mútuo mesclado de refúgio e exílio. Como definira Victor Hugo, “o exílio natural” também foi escolhido por Dom Pedro II após o golpe que pôs fim ao Segundo Reinado. Assim sendo, cientificamente e culturalmente houve destacada influência francesa nesta época como as viagens de Saint Hilaire entre 1816 e 1818 e na poesia parnasiana de Olavo Bilac.

Podemos assim concluir que até 07 de setembro de 1822, a França se voltava para o Brasil influenciando-nos em todos os domínios sociais, políticos e econômicos. Depois foi a vez do Brasil se voltar para a França matriculando seus maiores intelectuais. Até a Independência, os interesses e ações nacionais giravam nas bases triangulares de Paris como centro da irradiação liberal, Lisboa como capital portuguesa e Rio de Janeiro como ponto de convergência das aspirações brasileiras. Constatamos novamente que, a França de alguma forma sempre estivera presente na formação de nossa história e nação.

Em 1830, o Ministro da Fazenda Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, tendo em vista a situação de precariedade em que se encontrava o país, propôs a França um projeto de cooperação para a secessão do Brasil. O país seria dividido em dois reinos, sendo o primeiro a partir da Bahia e o do Sul com o apoio da França e favorecimento da Guiana daria todos os direitos à França de navegação e comércio no rio Amazonas. Não vale aqui narrar os acontecimentos posteriores e o fim deste caso que felizmente não permitiu a colocação em prática. Contudo mostra os eternos interesses franceses por nossa região e sobre tudo pela região amazônica e que os interesses de cooperação se repetiram todo e ao longo de ambas histórias. Por exemplo, com a formação das Forças Armadas vieram vultos como Labatut, Mallet, Leverger que se

consagrariam como chefes militares e que reafirmariam a tradicional cooperação militar franco-brasileira.

A República de 1889 já nascera sob o lema “Ordem e Progresso” de Auguste Comte gravado no centro de nossa bandeira que é símbolo mor nacional. Este preceito vem de sua doutrina social “O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”.³¹ Ainda que tenha falecido antes de seus preceitos serem difundidos, a ele se deve as glórias do pensamento positivista.

Ainda sob o Império vale lembrar o perfil intelectual de Dom Pedro II que se baseava nos ideais franceses principalmente pelos pensamentos de Victor Hugo. Durante a sua regência e movido por forte interesse pessoal, ocorreu o maior intercâmbio e cooperação cultural no campo das letras, das ciências, da educação e cultura social. A presença fora tão marcante que o francês passou a ser a segunda língua falada no Brasil.

Em suma, desde o descobrimento até o século XIX, sempre que se virou uma página da história nacional graças a nossa evolução política, se percebeu as marcas de inspiração francesa nos mais diversos domínios. Continuará assim até os nossos dias? É o que nos propomos esclarecer no próximo passo.

2.3 Século XX - Fortalecimento, apatia mútua, deteriorização e prosperidade

No nascer do século XX, século por si só repleto de animosidades e marco dos maiores conflitos da humanidade, as relações franco-brasileiras também sofrem oscilações sem precedentes.

³¹ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Brasil-França, ao longo de 5 séculos*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979. Página 251

Segundo o General Aurélio de Lyra TAVARES: “A República triunfou, e foi implantada, no Brasil, pelo entusiasmo e o interesse que despertavam as idéias e os livros franceses nas lideranças intelectuais brasileiras, mas cumpre lembrar que não era uniforme o pensamento das nossas elites, como não era o das elites francesas, na maneira de encarar o pensamento de Auguste Comte [...]”.³² Assim sendo, a França de Voltaire e Rousseau, foi a precursora de uma República com aspiração coletiva forte nas elites brasileiras, na luta contra o sistema econômico rural, a escravidão e na separação do Estado da Igreja.

Para analisar e entender as relações franco-brasileiras que norteiam o século XX, faz –se necessário relembrar primeiramente os acontecimentos marcantes do período citado.

O século XX é literalmente conturbado. Mudam-se paradigmas. Houve duas Grandes Guerras que abalaram a França e o mundo. A seguir o mundo sobrevive aos temores da Guerra Fria. Durante este período a França passa por severas modificações com proclamações de diversas repúblicas. É o século de estadistas que vão de Hitler, Truman, Churchill, Charles de Gaulle e Vargas. Por sua vez, a França tem que conviver com a idéia de ser uma potência mediana. Por outro lado, é o século de grandes descobertas tecnológicas em todos os domínios e com fortes elocuições ao comércio globalizado, efervescência intelectual e uma sociedade moderna transformada e peculiar.

No entanto, para o mundo, o século XX inicia-se com um grande feito da cooperação franco-brasileira; a invenção da aviação pelo mineiro Alberto Santos Dumont na capital francesa em 23 de outubro de 1906.³³ Ainda que o Brasil tome os brios pela real invenção, trata –se de fato de uma cooperação visto que Santo Dumont tem suas origens paternas na França e tendo estudado e se especializado em Bordeaux. As mesmas consagrações de cooperação tecnológica

³² TAVARES, Aurélio de Lyra. *Op. Cit.* página 250

³³ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Op. Cit.* Página 251

e aeronáutica também se devem a Augusto Severo de Albuquerque Maranhão pelas suas experiências com o Balão Pax em 1913.

Já em 1914 tem início a Primeira Guerra Mundial. O Brasil manifestava sua preocupação como se fosse nacional a perda da Alsácia em 1870 e cultuava os valores franceses. Em 1917, navios brasileiros que navegavam na costa ocidental francesa foram atingidos por alemães, o que levou o Estado brasileiro a definitivamente entrar na guerra sob o lema de Ruy Barbosa “É na Europa que estão os campos de batalha, mas o que está em jogo são os destinos do mundo”.³⁴ O Brasil entra no lado da Aliança e coopera com a abertura de portos nacionais aos navios de guerra das nações aliadas e atuando em várias missões como aérea e médica militar. Deste modo, com todos estes feitos que demonstraram nossa participação na Guerra de 1914- 1918, justificasse nossos laços de amizade e cooperação.

A cooperação militar continua na medida que após o armistício de 11 de novembro de 1918 e com a vitória presidencial de Epitácio Pessoa, este último nomeia como Ministro da Guerra o notável Pandiá Calógeras. Ele reestruturou a armada aos moldes das Escolas e Serviços da França. Este intercâmbio repercutiu numa mentalidade nova e na reestruturação da Marinha e criação do Ministério da Aeronáutica, que por sua vez impulsionou o Correio Aéreo Nacional e a própria Aviação Civil. Deste modo, da mesma maneira que Santos Dumont e Augusto Severo foram para a França realizar o sonho de voar, era a vez da França impulsionar e dar asas ao Brasil, ajudando-o a assegurar a defesa de seu vasto território.

Em suma, com a República cresce o intercâmbio franco-brasileiro principalmente nos domínios militares entre 1919 e 1940 com enormes conseqüências beneméritas. O fortalecimento das relações bilaterais também ocorreu com enorme intensidade na área cultural.

³⁴ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Op. Cit.* Página 265

A cooperação se repete na Segunda Guerra Mundial. O Brasil foi o único país da América Latina a participar efetivamente da guerra cujos últimos feitos da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália foi a junção de suas tropas com as francesas em Suse em 1945. Com os entusiasmos da vitória, as tropas desfilaram juntas em Champs Elysées. Tudo isto fortaleceu a amizade franco-brasileira com numerosas homenagens como a do Presidente Georges Pompidou: “A França jamais haveria de esquecer que durante a Segunda Guerra Mundial, as tropas brasileiras combateram pela causa da libertação da Europa. O Corpo Expedicionário Brasileiro substituiu, em 1944, na frente italiana, as forças francesas que deveriam participar do desembarque em Provence. Assim Senhor embaixador, nós saldamos na sua pessoa o representante de um país ligado ao nosso por laços múltiplos, cujos recursos de todas as ordens, particularmente os humanos, lhe asseguram um grande futuro”.³⁵

Como se não bastasse, o Brasil brinda homenagens a França nomeando um município da Paraíba de Bayeux. A idéia foi oportuna visto que na Paraíba houve grande participação de franceses que eram aliados de potiguaras e tabajaras na luta contra os portugueses pelo Pau Brasil, além da inspiração do movimento republicano de 1817, da forte empatia nordestina pelas causas francesas durante as duas grandes Guerras.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial trouxe entre suas conseqüências para o Brasil o seu alinhamento social, político e econômico com os Estados Unidos. Não obstante a esta forte aliança, o Brasil permaneceu casado culturalmente com Portugal e a França ainda que pouco a pouco o Brasil e o mundo fossem dominados pelo American Way of Life. Por sua vez, a França deveria reinventar-se como centro da latinidade e potência média numa nova configuração planetária dividida político-ideologicamente entre norte-americanos e soviéticos, além dos seus inúmeros conflitos internos.

³⁵ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Op. Cit.* Página 286

Desde o fim da Guerra em 1945, as relações franco-brasileiras tomaram caminhos sinuosos que podemos repartir, com base nos estudos de Antônio Carlos Lessa, da seguinte forma:

1944-1964: a parceria bloqueada

Neste tempo as relações bilaterais foram retomadas sendo que de 1945 a 1955 foi caracterizado pela avaliação das possibilidades para recuperação e crescimento das relações bilaterais e por conflitos pontuais que bloquearam qualquer linha cooperativa político-econômico. Com a conferência do Rio de Janeiro de 1947, comprova-se a importância assumida pelos Estados Unidos no Brasil que se manifestaria com um desinteresse da opinião pública pela Europa e das possibilidades que a França ou a Europa Ocidental poderiam sobreviver às crises em que se encontravam e ainda cobrir os aportes desenvolvimentistas norte-americanos. Neste período a agenda bilateral foi essencialmente negativa.

O melhor meio que a França poderia penetrar no Brasil era incrementando nossas importações de bens de equipamento, o que lhe era inviável. A França então era marginalmente a oitava maior cliente com uma participação de 2,05% de nosso comércio exterior atrás dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Bélgica e Itália. Por sua vez, o Brasil também ocupou uma posição marginal como cliente e fornecedor para a França com uma fatia de 1,3%, inferior até mesmo a da Argentina (2,75%).³⁶

Além das conseqüências desastrosas no pós-guerra, o que também bloqueava a retomada da agenda bilateral, eram as restrições da capacidade de investimento francês no país e o fato de que os investimentos já instalados sofriam com a política de nacionalização. Com isto, a imagem do Brasil enegrecia-se

³⁶ LESSA, Antônio Carlos. “Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil, de 1945 a nossos dias”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 28-58, 2000. Página 33

como a de um país que não cumpre seus compromissos e incrementa seu patrimônio público com patrimônio de terceiros. Outra justificativa é que a França centrava seus esforços em barganha em foros multilaterais contra a crescente oposição ao colonialismo quanto a sua posição na Indochina e no Oriente Próximo. Sobre isto, o Brasil, como nação ex-colônia votava na Organização das Nações Unidas -ONU a favor da autodeterminação dos povos. Ainda assim, o Brasil conseguia manter uma imagem conciliadora com a França.

Dois importantes fatos verdadeiramente balançaram e obstaculizaram as relações franco-brasileiras. O primeiro foi o contencioso financeiro. As questões financeiras originaram-se com as nacionalizações de haveres franceses do Banco francês e Italiano para a América do Sul (Sudameris), Banco Hypothecário de Minas Gerais, Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, Companhia Estrada de ferro Vitória- Minas e Companhia Port of Pará.

O contencioso se alastrou, até a década de 1960. Assim como o Brasil não solucionava o contencioso, a França por seu turno negava as demandas brasileiras para dinamização dos fluxos financeiros e pela criação de facilidades das relações comerciais com a Comunidade Européia. Sobre este último, o Brasil estava verdadeiramente preocupado, suscitando a idéia que o Mercado Comum Europeu causaria prejuízos com o comércio com os países latino-americanos, posto que obviamente, a França daria preferência à entrada de produtos de suas ex-colônias.

Quanto ao comércio, a França fornecedora e inversionista do Brasil se manteria em média até a década de 1990 no sétimo lugar e com crescimento inferior ao dos Estados Unidos, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha. Apesar do Plano de Metas de Juscelino Kubitschec, a França resistiu aos encantamentos com investimentos inferiores a 5% do total dos fluxos investidos no país, o que corresponde a menos da metade do fluxo provido da Alemanha (11%). A

deteriorização das relações econômicas é o reflexo das relações políticas. As relações Brasil-França estavam de fato incendiadas.

O segundo fato que serviu para intensificar a fogueira de uma relação já deteriorada foi a entrada pela segunda vez em guerra. O incidente diplomático denominado de Guerra da Lagosta foi crucial para as relações bilaterais ainda que tenha passado pela história da política externa brasileira como um fato menor e pouco lembrado. O conflito tem suas origens na negativa do governo brasileiro em autorizar a exploração, seja de pesca seja de captura, de crustáceos nas costas do litoral nordestino do Pernambuco ao Ceará para lagosteiro franceses.

Em 1961, sem a autorização do governo brasileiro, os franceses começaram a atuar no Brasil visto que a pesca predatória já havia esgotado os bancos lagosteiros das costas do Senegal, da Guiné e da Mauritânia. No início o governo havia solicitado uma autorização para pesquisa nas reservas lagosteiras. O Itamaraty aceitou com a condição de ter a bordo controladores de pesca da Marinha de Guerra do Brasil para verificar os métodos da pesquisa e informar os resultados. A França descumpria as condicionantes e, em 1963, estabeleceu-se uma Comissão que propôs sem consenso alternativas como entregar a organismo do nordeste parte do produto da pesca, ou que a operação de pesca de lagostas fosse realizada por sociedade franco-brasileira ou mesmo o arrendamento de barcos franceses por firmas brasileiras sendo que 20% de produto da pesca seria destinado à construção de barcos pesqueiros nacionais. A França argüia que os entendimentos privados necessitavam de um Acordo Intergovernamental. Por seu turno, o Brasil não concordava porque via o contencioso como estritamente jurídico, onde a pesca deveria ser realizada por firmas nacionais e não “levada” para fora de seu território.

Apesar das muitas negociações, a França persistiu diversas vezes no envio de seus lagosteiros à nossa costa, infringindo as condicionantes e a soberania de uso brasileiro até que o Brasil, para defender a pátria, enviou boa parte de sua

marinha de Guerra em 22 de fevereiro de 1963. O desafogo aconteceria apenas em 10 de março do mesmo ano.³⁷

Assim sendo, a Guerra da Lagosta se solucionou primeiramente com o fato dos franceses não repetirem as explorações, em segundo graças aos arranjos privados e por terceiro e último, graças a extensão unilateral do mar territorial para 200 milhas em 1970. Contudo, a Guerra da Lagosta foi um fator de deteriorização sem precedentes nas relações franco- brasileiras.

Pelo acima exposto, as duas décadas de 1945 a 1965 são chamadas por Lessa de “Annus Horribilis” que bloquearam o positivo estabelecimento das relações bilaterais e obviamente com escassa ou nula cooperação. Ainda que Paris nos tenha irradiado com suas idéias sobre o espírito das elites ambas nações passaram a se ignorar na segunda parte da década de 1960, como veremos a seguir.

1965-1995: Negligência Cordial

Trata-se de um período onde ambos países viram-se às costas e literalmente se aturaram. Houve uma apatia recíproca onde as relações evoluíram à passos lentos, sempre mantendo uma cordialidade diplomática. Imbuídas de um real sentimento de decepção, as possibilidades de cooperação política e econômica não se concretizaram plenamente, justificadas por uma mixórdia de circunstâncias internas de cada Estado. Apelava-se ao argumento proustiano “França –Brasil, em busca do tempo perdido”.

Entre 1963 e 1967 recuperou-se canais de comunicação e de confiança que permitiu a consagração de projetos de cooperação. A agenda consagrou-se no período em tela como neutra.

³⁷ LESSA, Antônio Carlos. “A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964)”. In: *Cena Internacional - Revista de Análise em Política Internacional*, Brasília, v. 1, n. 1, 1999. p 110-120.

O período de quarentena em que Charles de Gualle colocou o Brasil pelo episódio da Guerra da Lagosta foi quebrado por Humberto Castelo Branco com o levantamento dos contenciosos e de visitas do General francês em outubro de 1964. O Golpe Militar tinha redirecionado as relações bilaterais. As questões do contencioso financeiro eram aos poucos resolvidas. O espírito de renovação francês apoiava o Brasil no disciplinamento de investimento nos mercados internacionais de produtos primários como o café, e incentivava a dinamização dos fluxos comerciais sofridos pelos regimes preferenciais da Comunidade Européia. De Gualle também estabeleceu uma linha de cooperação para o desenvolvimento com a celebração do Acordo de Assistência Técnica que ampliava a participação francesa na formação do funcionalismo público.

Em 16 de janeiro de 1967 firma-se o Acordo de Cooperação Técnica e Científica assentando o marco das relações entre ambos, no qual se somou vários Ajustes Complementares em matéria espacial, agropecuária, nuclear, biológica, doenças tropicais, desenvolvimento das regiões semi-áridas. Inclusive este acordo é a base dos acordos que originaram os projetos Pró-Amazônia e Promotec os quais analisaremos no fim deste estudo.

Apesar das relações políticas encontraram seu desaforo, a agenda bilateral pesava nas relações econômicas, ainda que o milagre econômico brasileiro impulsionara seu desenvolvimento. No país, o fluxo francês de investimento externo direto não só continuou a ocupar posição marginal como diminuiu correspondendo a menos da metade da Alemanha (6,96%)³⁸. O interesse francês se concentrava no campo de equipamentos elétricos, ferrovia, siderurgia, química, petroquímica, portos, material bélico, porém não era decisivo no mercado nacional.

³⁸ LESSA, Antônio. “Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil, de 1945 a nossos dias”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 28-58, 2000. Página 46

Por fim, as oportunidades aparentavam dinamizar-se com as visitas de Ernesto Geisel à Paris em 1975 e 1976 onde foram firmados novos acordos com linhas de financiamento para o desenvolvimento de certos projetos que se aproximaram, em propostas de financiamento, da ordem de 3 bilhões de Dólares americanos.³⁹ Ainda assim, a janela aberta por Geisel de 1974 a 1979 sob o prisma da estratégia de diversificação não foi aproveitada pelo França.

Em 1980, a questão da Guiana francesa voltou ao centro das discussões. De todas as fronteiras que a França mantém, a fronteira brasileira é a maior com a uma extensão de 600 kms. Os limites consagrados em 1900 pela Confederação Suíça nunca foram demarcados. Por outro lado, ocorriam fortes problemas com a imigração clandestina do Brasil e de contrabando e descaminho. O limite do estado do Amapá e o Departamento da Guiana pelo Oiapoque firmou-se, na prática, apenas em 1984.⁴⁰

Ainda nos anos 80, a França de François Mitterand reencaminhou as relações bilaterais graças ao estabelecimento de uma nova agenda, mais solitária para a América Latina principalmente sobre a questão da dívida externa.

Em suma, o meio século de caminhada em sentidos opostos do Brasil e da França é devida, em linhas gerais, à incompreensão recíproca dos interesses nacionais de cada um, como na Tabela 2.2 a seguir.

³⁹ LESSA, Antônio. “Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil, de 1945 a nossos dias”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 28-58, 2000. Página 47

⁴⁰ BRASIL Ministério das Relações Exteriores Disponível em www.mre.gov.br. Acesso em 26/04/2004

Brasil	França
Consolidação dos seus mercados	Criar e consolidar espaço integrado econômico europeu sob sua liderança.
Abertura de novos mercados para a indústria de bens de consumo e de capitais.	Garantir mercados para os produtos de suas ex - colônias.
Acesso às tecnologias para propiciar autonomia.	Conceber espaço em sua política para o antigo império colonial de modo a garantir escoamento de sua produção industrial.
Desenvolvimento econômico	Lidar com a sua inédita situação de potência mediana sem fortes interferências na ordem mundial.
Apoio político em caso de divergência com os Estados Unidos.	

Tabela 2.2 : Interesses nacionais brasileiros e franceses na incompreensão recíproca de suas relações.
Fonte: Elaboração da autora

 1990- à nossos dias: Parceria possível

A partir de 1990, deslumbra-se um novo quadro onde a parceria é possível. Os investidores franceses ainda pensavam desfavoravelmente sobre investimentos num Brasil, para eles, corrupto de Fernando Collor, subdesenvolvido e administrativamente incapaz. Neste período, o Brasil passava por um processo de modernização com consolidação democrática, liberalização comercial, estabilidade econômica e liderança regional com a construção do Mercosul. A França por seu turno passava por modificações quanto ao processo de integração europeu. O mundo cambaleava com uma nova ordem mundial pelo fim da guerra que não ocorreu; a Guerra Fria.

Com o espírito de rever as relações bilaterais, o Brasil dá forças às relações franco-brasileiras. Em 1995 criou-se um comitê Estratégico na Comissão Econômica França-Brasil para avaliar precisamente as necessidades para fortalecer os investimentos e o comércio. Em maio de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso visita a França pela primeira vez depois de Geisel e em outubro do mesmo ano acontece a “Exposition France 2000” que traz ao Brasil

informações sobre a indústria e tecnologias que dinamizariam os fluxos comerciais.

Em março de 1997, Jacques Chirac retribuiu à visita acompanhado de empresários para negociar investimentos quanto ao comércio bilateral e para solucionar questões sobre a imposição tarifária e não tarifária conseqüentes do Sistema Tarifário Europeu e a intransigência francesa quanto à entrada de produtos agrícolas da União Européia, sendo este um de nossos atuais contenciosos bilaterais.

A intenção de cooperação era tão intensa que a esquecida e inócua Guiana retornou a cena sob a imagem de “ponte de entrada entre a América latina e a União Européia”. Imagem também associada com as fortes inquietações sugeridas quanto à criação da Área de Livre Comércio das Américas- ALCA. Com a proposta de fortalecer os laços da União Européia com o Mercosul, o Brasil aderiu visto que isto representa a terceira via para o estabelecimento de uma alternativa às relações exaustivas com os Estados Unidos. Neste período, os investimentos franceses cresceram inusitadamente com a fixação do Crédit Lyonnais, Régie Renault, Peugeot, Eléctricité de France (EDF) e nas áreas de seguros. Neste período de 1990 a 1997, a França elevou-se ao segundo investidor no Brasil com uma participação de 6,4% do total dos fluxos investidos. Afinal, com a liberalização econômica, os franceses têm um potencial de 170 milhões de ávidos consumidores aos quais dá margem para um incremento ainda maior com os países do MERCOSUL. É justamente neste período que se firmaram os projetos Pró-Amazônia e Promotec com implementação em 2000.

O Agora

Na maternidade do século XXI, as relações retomam seu fluxo conflituoso com um incidente diplomático em junho de 2003. Foi flagrado um avião francês no aeroporto de Manaus para uso em uma missão de resgate de uma senadora franco-colombiana refém das Forças Armadas Revolucionária da Colômbia -Farc.

O uso do espaço aéreo brasileiro ofendeu a soberania nacional, porém rapidamente foi abafado, apesar das divergentes explicações francesas sobre o ocorrido.

Como característica de sua política externa, o Brasil constrói pragmaticamente parcerias estratégicas para escapar da órbita estadunidense, caracterizado-se como um global trader. Esta vontade política é uma das justificativas para a retomada as relações França-Brasil. Contudo, as relações franco-brasileiras hoje são inusitadas. Persistem problemas quanto à entrada de produtos agrícolas, sobretudo na questão de tarifa preferencial aos produtos tropicais de suas ex-colônias. Por outro lado, crescem os intercâmbios comerciais e com forte penetração no mercado nacional de grandes empresas nos mais diferentes domínios como o das telecomunicações, tecnologia agrícola, aeronáutica.

Os capitais franceses concentram-se em grandes grupos como: Rhône-Poulenc, Saint Gobain, Carrefour, Michelin, Accor, Danone, Alcatel Alstom, Thomson, Aerospatiale, Peugeot, Renault e Air Liquide. Muitas das empresas aqui estabelecidas reclamam da perda que obtiveram com a desvalorização do Real. Mesmo que o volume de Investimento Externo Direto (IED) francês seja ínfimo relativo com o dos Estados Unidos, o Brasil é segundo Lessa o “maior receptor em números absolutos de instalações francesas na América Latina e um dos principais dos países em desenvolvimento”.⁴¹

Os cinqüenta anos de desmazelo e negligência tiveram de ser recuperados a partir de 1995 à nosso dias, anos estes consagrados, por Lessa, como os “Annus Mirabilis”.

Em linhas gerais, demos aqui um *Regard sur 5 siècles des relations France-Brésil*. Vimos que tais relações não evoluíram numa linha horizontal contínua e

⁴¹ LESSA, Antônio Carlos. “O triângulo imperfeito: As relações França-Brasil- Europa Ocidental na década de noventa. Cena Internacional” –In: *Revista de Análise em Política Internacional*. Brasília: v.4, n.1, 2002
Página 12 e 13

sim numa sinozoïde com fortes oscilações. Constatamos que até o século XIX, a França esteve presente e cooperou nos grandiosos momentos da história nacional, seja com as descobertas, seja no período colônia, seja com o pensamento dos enciclopedistas nos ideais independentistas e republicanos. Ela corroborou para a formação política e cultural de nossa nação. Num *qui pro quo* colaboramos à efervescência intelectual francesa com o imaginário do “bom sauvage”. Antagonicamente, percebe-se um forte influxo após a Segunda Guerra Mundial que estabeleceu um hiato no relacionamento bilateral Brasil-França na Guerra Fria. Contenciosos financeiros e diplomáticos bloquearam as suas relações tendo até estado em guerra, pela segunda vez. Perpassaram meio século de negligência e apatia recíproca, reconciliando-se apenas no fim do século XX.

A esperança e a indagação que restam na atualidade é se será que os interesses se fixarão apenas como comerciais como os de 1500? A respeito e como prova de intenções, em julho de 2003, “os governos da França e do Brasil acordaram em Paris, ao final da III Comissão Geral Franco-Brasileira, reforçar a cooperação bilateral nos setores aeroespacial, de normas sanitárias e fito-sanitárias, da agricultura familiar e da luta contra a AIDS na África. Os dois países comprometeram-se a apoiar as negociações da Rodada de Doha da OMC e do acordo bi-regional entre Mercosul e União Européia. A França confirmou o seu apoio à candidatura brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. [...]”⁴²

É pesado ver que em nossa contemporaneidade ocorreu uma clara inversão de valores culturais e uma súbita substituição por um modelo globalizante norte-americano. Abandonaram-se as referências que inspiraram as elites e nortearam a educação e ideais políticos nacionais. Como marco deste abandono, podemos fazer referência ao fato de ter sido retirado a obrigatoriedade do idioma

⁴² FRANCE Ambassade de France (Embaixada da França). Disponível em <http://www.ambafrance.org.br/abr/atualidades/relbilaterais13.htm> acesso em 06/01/2004

francês no concurso para a carreira diplomática e brevemente não estará mais disponível a sua escolha nos exames adimensionais para as universidades por falta de coro. A França, para a política externa brasileira estagnou-se no eixo da indiferença da vertente européia.

Contudo, o agora é esperançoso de uma parceria possível e potencialmente benéfica para ambos. O Brasil e a França retomam suas vertentes universalistas. Ainda que os laços de aproximação sejam em grande parte econômico-comercial, as linhas de cooperação, de política, de ciência, de tecnologia e da cultura são seus novos focos, cujo quais parecem se fixar.

Tendo em vista que já entendemos a cooperação nas suas bases teóricas e compreendemos as corroborações extraídas duma análise histórica das relações franco-brasileiras, focalizaremos nossos esforços em aplicar os conhecimentos adquiridos analisando os projetos Pró-Amazônia / Promotec.

Capítulo III: Análise e Apontamentos de um Estudo de Caso de Cooperação Franco-Brasileira em Segurança Pública

*“Segurança pública é dever do Estado,
direito e responsabilidade de todos”.*
Constituição Federal Art. 114

A pesar de todos os desenvolvimentos da civilização e esforços internacionais, a paz está longe de se fazer real e luta-se insaciavelmente contra duas arquiiinimigas: a insegurança e a violência. Ambas ocupam as principais páginas dos jornais de todo o mundo, seja nas questões de terrorismo, nas violações da lei, nos atos criminosos de guerra e contra a humanidade. No caso brasileiro, o crime organizado, o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro e o contrabando degradam os brios nacionais e põem em risco seus cidadãos.

Esta crescente violência e insegurança que violam a liberdade intrínseca do indivíduo e do cidadão são os focos das políticas internas e externas dos Estados. Vide os exemplos clássicos e atuais da política norte-americana quanto ao terrorismo, da política brasileira quanto à preservação da Amazônia e as violações no estado do Rio de Janeiro. A preocupação quanto à segurança pública nacional nunca esteve tão reluzente quanto na atualidade.

Deste modo, neste último capítulo, propomos alicerçar uma ponte entre este cenário de agressão e o cenário de cooperação econômico-comercial analisando como um estudo de caso os projetos Pró- Amazônia / Promotec com base nos conhecimentos sobre a cooperação internacional e das relações franco-brasileiras. Tendo em vista que estes projetos são do domínio de atuação da segurança pública, numa seção inicial, refletiremos em linhas gerais, sobre este tipo de segurança e o seu quadro atual no Brasil. Em seguida, analisaremos os projetos avaliando suas inter-relações e conseqüências, sob o foco de atuação da Polícia Federal.

3.1 Reflexão sobre a segurança pública

Abordar um tema como segurança pública é por si só complexo, no qual se faz necessário ter em claro conceitos como a liberdade do indivíduo, direitos e deveres do cidadão, democracia e dever de Estado. Não é foco deste trabalho, estudar a segurança pública em todo o seu histórico, problemas e soluções, relevância, estrutura ou conseqüências, nem tampouco os vários atores envolvidos neste ambiente hostil. Vale lembrar que não pretendemos fazer aqui um estudo sobre a segurança pública, apenas refletir sobre ela visto que o programa de cooperação franco-brasileiro em questão atua neste domínio.

A questão da violência é mais do que um conjunto de fatos preocupantes ou um problema setorial com responsáveis específicos como o Ministro da Justiça, os estados e suas polícias, comprometendo mais que o bem estar da população. A dificuldade também advém do fato de ser um tema de muita repercussão midiática porém de escasso estudo científico e ausente de embasamento doutrinário para leigos, como afirma Câmara.⁴³

Segundo o ex-secretário nacional de segurança pública e pesquisador do Instituto Fernand Braudel, Cel. José Vicente, a intensidade e a extensão da violência têm impacto relevante na própria estabilidade do governo e onde os altos custos de 100 bilhões de reais anuais superam de longe os gastos que mobilizam o governo para a reforma da previdência.⁴⁴

Assim como sustenta Gomes, ao prefaciар a obra de Dornelles intitulada *Conflitos e Segurança; Entre pombos e falcões*, abordar sobre segurança é abordar uma questão mais dramática e polêmica das sociedades contemporâneas

⁴³ CAMARA, Paulo Sette. *Reflexões sobre Segurança Pública*. Belém: Universidade da Amazônia, Universidade da Amazônia, Imprensa oficial do Estado do Pará, 2002. p 141.

⁴⁴ SILVA FILHO, José Vicente. Fundamentos para uma política nacional de segurança pública: a questão policial. Instituto Nacional de Altos Estudos, Estudos e pesquisa nº 47. In: XV FÓRUM NACIONAL. O NOVO GOVERNO, NOVAS PRIORIDADES E CRESCIMENTO SUSTENTADO. Rio de Janeiro. Maio 2003 p. 1

e onde em tempos de globalização econômica e liberal, e pós 11 de setembro com a “guerra global permanente”, o mundo tem se tornado um lugar cada vez mais incerto e perigoso, de cujos impactos e constrangimentos nenhum país consegue se esquivar. Verifica-se um crescente debate político neste domínio nas sociedades com instituições e práticas democráticas mais avançadas para definir as políticas de ação, a justiça penal, do tratamento midiático e político e o próprio debate teórico *per si*. Eximir o estado do medo e da desconfiança constante do cenário hobbesiano e garantir a liberdade e segurança do indivíduo é um dever de Estado, previsto na constituição e base da democracia. Segundo a dinâmica realista e por ser um dever de Estado, são estes que cooperam, neste caso o Estado brasileiro e francês.

A questão da criminalidade está fortemente relacionada às relações internacionais. Com a globalização, as ilicitudes também barganharam fronteiras e rapidez, não só com o contrabando, descaminho, narcotráfico trans-fronteiriço, crime organizado internacional, narcoguerrilha colombiana e crimes cibernéticos. O *bug* do milênio, atos terroristas, movimentos Zapatistas, Sandinistas, Senderos e FARC mobilizaram e ou mobilizam ainda hoje a comunidade internacional. A exemplo, vide o caso do Fernandinho Beira Mar que comandando o crime internacional, coloca em xeque a eficácia do sistema segurança nacional e exige a cooperação internacional inclusive para a sua captura ou mesmo quanto à lavagem de dinheiro com remessas à bancos no exterior. Sobre a cooperação internacional na área de segurança pública, podemos citar o repercutido programa de redução da violência e da criminalidade praticado pela prefeitura de Nova York, mas que por diversas razões como uma organização política diferente, tratar-se de um programa municipal e com legislação incompatível teve aplicabilidade quase nula no Brasil. Na América Latina assim como nos países sub-desenvolvidos em geral, as raízes da violência se confundem com a estrutura do tecido social que perpassa a exclusão e a incapacidade do Estado democrático de direito em garantir os direitos institucionais básicos como saúde, educação e segurança.

Assim sendo, segurança é, além do esforço pela paz, uma diligência por fazer valer os direitos humanos, os direitos e deveres dos cidadãos e do Estado, justiça social e a democracia, portanto um tema intrínseco às relações internacionais na busca pela sonhada paz e onde a cooperação parece se um caminho.

Para o devido prosseguimento deste estudo, é necessário advertir, que assim como a cooperação não é sinônima de assistência, a segurança pública não é sinônima de polícia, ainda que normalmente essa questão seja circunscrita quase que exclusivamente ao aparato policial. Os programas sociais de assistência aos jovens, prevenção ao uso de drogas, preparação profissional, ampliação do complexo educacional e de lazer, assistência familiar e a menores infratores exercem também um importante papel na prevenção e redução da criminalidade além da questão da impunidade e reforma do judiciário. Assim como, Câmara, ex-secretário de segurança pública do Pará e Roraima e referência nacional nesta área, afirma que “a complexidade da segurança pública não é compreendida pela maioria da população, que acredita tratar-se apenas de assunto de polícia. Essa postura reflete nas autoridades e as conseqüências dessa desinteligência estão aí, à vistas de todos. A perplexidade, aos poucos, vai tomando cota, pois a violência e a criminalidade crescem e as medidas adotadas vêm se mostrando ineficazes”.⁴⁵

Afinal, o que é segurança pública? O Ministério da Justiça define como uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.⁴⁶ As polícias militares, civis, corpos de bombeiros militares são os órgãos do sistema de segurança pública aos quais competem às

⁴⁵ CAMARA, Paulo Sette. *Reflexões sobre Segurança Pública*. Belém: Universidade da Amazônia, Imprensa oficial do Estado do Pará, 2002. p 14.

⁴⁶ BRASIL Ministério da Justiça. Disponível em www.mj.gov.br/senasp/senasp/inst_conceitos.htm
Acesso em 15/04/2004

atividades de preservação da ordem pública. A premissa maior da atividade de segurança pública é a sua perspectiva sistêmica, expressa na interação permanente dos diversos órgãos públicos interessados entre eles e a sociedade civil organizada. A prestação de serviços públicos de segurança engloba atividades repressivas e preventivas, tanto de natureza policial quanto não-policial, como no caso do provimento de iluminação pública. Os serviços de segurança pública de natureza policial e não-policial devem buscar estabelecer, aperfeiçoar e manter, conjunta e permanentemente, um sentimento coletivo de segurança. As políticas, métodos e processos que traduzem as metodologias de provimento da segurança pública, instrumentais para a materialização do preceito constitucional, são pertinentes, basicamente, ao domínio da gestão dos Poderes Executivo Federal, Estadual e Municipal. Por sua vez, a insegurança pública é entendida como um produto de ações ou omissões do conjunto da população.

Também é oportuno distinguir a segurança pública da defesa civil que, ainda segundo o Ministério da Justiça, é um conjunto de medidas que visam prevenir e limitar, em qualquer situação, os riscos e perdas a que estão sujeitos a população, os recursos da nação e os bens materiais de toda espécie, tanto por agressão externa quanto em consequência de calamidades e desastres da natureza.

Distinguimos também da segurança militar, que diz respeito à preservação da soberania da nação. Sobre a preservação da soberania da nação, a preocupação é cada vez mais freqüente na esfera da segurança internacional, onde os Estados e os organismos multilaterais como a ONU e a OTAN são responsáveis pela proteção internacional sob o olhar da teoria realista, marcada pelo tradicional litígio de guerra e paz e alcançada pela Paz de Westphália. Segundo especialistas da área internacional que foram partícipes da obra *O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional*, a ONU deve reexaminar suas capacidades para responder às novas circunstâncias da vida internacional, marcada pela hegemonia de uma superpotência militar, pela influência decisiva de

pequenas economias e pelo fenômeno de globalização, considerando as dimensões do desarmamento, redução de armas nucleares e de destruição em massa. O diplomata Álvaro da Costa Franco afirma que “identificam-se inúmeras novas formas de ameaça à segurança internacional, dentre as quais a agenda das organizações internacionais privilegia : [...], o crime organizado em escala internacional, o narcotráfico, o comércio ilegal de armas, a lavagem de recursos financeiros, o terrorismo etc... que estão a requerer, segundo amplo consenso, uma crescente cooperação internacional”.⁴⁷

Com o exposto, aduzimos que ainda que as seguranças internacional e pública nacional sejam distintas, elas se confundem em suas premissas pela quebra de fronteiras advindas da globalização. Uma crise financeira, o desemprego estrutural e o fenômeno de exclusão social podem gerar insegurança tanto em esfera internacional como pública e ambas são demandantes de cooperação. O conceito de segurança se expande para além da clássica idéia de defesa nos campos militar, econômico e tecnológico. Com tantas vertentes da segurança, obviamente, não poderíamos esquecer de mencionar sobre a não similaridade com a segurança privada.

A Constituição Federal brasileira vigente, em seu capítulo III art. 144, estabelece que “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - Polícia Federal
- II - Polícia Rodoviária Federal;
- III - Polícia Ferroviária Federal;
- IV - Polícias Cíveis;
- V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares”.

⁴⁷ DUPAS, Gilberto & VIGEVANI, Tullo. *O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional*. Ed. Alfa-Omega. São Paulo, 1999. p.X-XIII

Na falta de uma definição expressa e inequívoca da expressão SEGURANÇA PÚBLICA, é possível aduzir, do texto constitucional, que ela seja uma condição, ou estado, que incumbe ao Estado o dever de assegurar à Nação, através do provimento de serviços prestados pelos órgãos referidos ao final do caput do art. 144. Advém também que o "provimento da segurança pública", por definição semântica da expressão "segurança", bem como pela referência aos órgãos de execução citados, implique em assegurar um estado de coisas em que a Nação esteja protegida da vitimização pelo crime e pela violência, sinistros, acidentes e desastres.

Contudo, entendamos segurança como definira Câmara, "segurança é um estado de espírito, ou seja, é uma sensação influenciada por fatores externos".⁴⁸ Segurança ou Insegurança não é algo palpável, é um sentimento de percepção subjetiva, em que o indivíduo a partir de cálculos de probabilidade de que algo ocorra se sente mais ou menos (in)seguro.

Os projetos Pró-Amazônia e Promotec dizem respeito à atuação da Polícia Federal. Sobre esta, o supracitado artigo da Constituição Federal prossegue estabelecendo que: § 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:

- 1- apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei,
- 2- Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

⁴⁸ CAMARA, Paulo. Reflexões sobre Segurança Pública. Belém: Universidade da Amazônia, Imprensa oficial do Estado do Pará, 2002. p.25.

- 3- Exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;
- 4- Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

O Brasil é um país privilegiado e possui uma característica ímpar. É uma nação com dimensões continentais preservadas de cataclismas como erupções, furações, vulcões e terremotos, nem ações conflitantes nacionais como guerrilhas, movimentos separatistas, conflitos bélicos fronteiriços nem ações terroristas. A exceção da ótica norte-americana, não somos uma ameaça ao mundo e pela nossa escassa experiência nestes problemas ainda que soframos com algumas inundações de verão e situação peculiar no estado do Rio de Janeiro, não desenvolvemos uma cultura voltada para a proteção frente aos riscos coletivos e por isso as nossas ações são defensivas e reativas, ao invés de pró-ativas.

Segundo Câmara, a prevenção da criminalidade não é tarefa policial isolada, e sim parte de um processo que envolve todo ambiente em que a sociedade está inserida. O Brasil tem realidades demasiadamente complexas e distintas que exigem respostas diferenciadas inclusive na questão de segurança pública. Este é mais do que um problema, é um desafio.⁴⁹ Envolver a sociedade não é transmitir a ela o que, como vimos, é uma responsabilidade de Estado, e sim uma cooperação para a coletividade.

A segurança pública atinge a sociedade como um todo perpassando pelo aparato estatal com seus poderes Executivos, Judiciário e Legislativo, pela sociedade e pelas instituições privadas. Por ser tarefa de Estado, é de interesse dos mesmos cooperarem, no caso a seguir Brasil e França. Em segundo lugar, só se resolve a questão da insegurança com a cooperação interna de seus agentes, ou seja, Estado e sociedade e com seus agentes estatais internos. Aqui a cooperação internacional reitera-se como caminho para uma solução pacífica

⁴⁹ CAMARA, Paulo. Reflexões sobre Segurança Pública. Belém: Universidade da Amazônia, Imprensa oficial do Estado do Pará, 2002. p.27.

eficaz. No domínio da segurança pública, a cooperação internacional resultou entre várias consequências, na criação da INTERPOL.

3.2 Cooperação em segurança pública Brasil-França- os projetos Pró-Amazônia e Promotec

Sofiati sustenta que “hoje no mundo, o fenômeno mais comentado é da ‘globalização’. Essa tendência exigiu dos países uma nova organização, em blocos econômicos, buscando a mútua cooperação num nítido movimento de ‘modernizar para sobreviver’”.⁵⁰ É com base nesses lemas de “parceria e cooperação em matéria de segurança pública” e “cooperação para a modernização e o reaparelhamento da Polícia Federal Brasileira” que o Brasil e a França assinaram em 12 de março de 1997, o 57º acordo bilateral, em uma época que, como vimos no capítulo II, ambos países retomam laços após décadas de negligenciamento.

Este Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento da Polícia Federal é fruto de Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 16 de janeiro de 1967, do Acordo –Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa de 28 de maio de 1996 e do convênio de 29 de março de 1998 que entrou em vigor pelo decreto do Senado Federal 96/715. No primeiro, ambos se comprometeram a cooperar em pesquisas tecnológicas e científicas, enquanto o segundo estipulou que os dois países se comprometeram a desenvolver ações de cooperação técnica na esfera da reforma do Estado e na modernização da administração pública. Os projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, chamados juntos de PROAMATEC, só tomaram vigor com o contrato comercial nº 21/98 CCA/DPF firmados entre o Departamento de Polícia Federal (DPF) e a Société Française d’Exportation de Matériels, Systèmes et Services relevant du Ministère de l’Intérieur (SOFREMI) para “prestação de serviço, com fornecimento de equipamentos, materiais e peças de reposição”.

⁵⁰ SOFIATI DE QUEIROZ, Raphael Augusto. *Direito Público & Segurança Pública Ensaio e Pareceres*. Ed. Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2001. p. 39

Em respeito à cláusula décima do referido contrato comercial, por se tratar de assunto inerente a Segurança Nacional, exige-se sigilo em determinados pontos. Por conseguinte, nossa análise não diz respeito sobre a qualidade e resultados dos projetos e sim uma análise do ponto de vista da ação da cooperação internacional explicada nas bases teóricas dispostas no capítulo I.

O projeto PRÓ-AMAZÔNIA tem por finalidade "efetivar a presença do Departamento de Polícia Federal na Amazônia Legal, com a instalação de novas unidades e bases operacionais em áreas críticas, visando à prevenção e repressão dos crimes de sua competência, especialmente os praticados contra as comunidades indígenas, o meio ambiente, o narcotráfico, o contrabando de materiais preciosos, como ouro, madeira e materiais raros, o trabalho escravo, a exploração da prostituição infantil, bem como garantir as ações dos órgãos federais atuantes na região (IBAMA, FUNAI, etc.). Abrange os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins".⁵¹ Ou seja, objetiva fortalecer e garantir a presença da Polícia Federal, sintonizado com outros programas como SIVAM e SIPAM.

Por sua vez, o projeto PROMOTEC - Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal "foi concebido em complementação ao PRÓ-AMAZÔNIA, em face da constatação do aumento exacerbado da violência, decorrente especialmente da atuação do crime organizado em todo o território brasileiro, contemplando os demais Estados da federação".⁵² Ou seja, tem por finalidade desenvolver sua capacidade técnica e científica necessárias a uma polícia moderna no cumprimento de suas missões, aumentar os efetivos das unidades operacionais, modernizar seus recursos, no sentido de agir de maneira global e permanente nas regiões do território brasileiro não-inscritos no projeto Pró-Amazônia. Junto a estes dois projetos, inclui-se a modernização da Academia Nacional de Polícia.

⁵¹ BRASIL *Tribunal de Contas da União*. Acórdão do nº DC-0155-14/99-P. Decisão 155/1999 – Plenário
⁵² BRASIL *Tribunal de Contas da União*. Op. Cit Acórdão.

Estes projetos têm uma estrutura de um consórcio complexo, com duração até 2006, advinda de uma cooperação franco –alemã sob a direção da SOFREMI que é a representante do governo francês para estas vendas sob a tutela do Ministério do Interior francês. Este consórcio reúne empresas do primeiro escalão europeu e mundial nos ramos de ponta de telecomunicações, eletrônica, aeronáutica, transportes e informática, incluindo por exemplo, os grupos Thales Communications, EADS, Alcatel Alstom, Eurocopter, Sagem, Matra hautes Technologies, Siemens, dentre outros.

Conforme o Anexo I deste contrato, consta o fornecimento de Sistemas de Informação, Sistemas de Telecomunicações, Sistema de Identificação, Transporte Vigilância e Intervenção como Helicópteros, Carros Blindados, Botes infláveis, Lanchas de Patrulhas e Aviões de Vigilância, Laboratórios de Criminalística e Reequipagem. O investimento global, equivale a US\$ 425 290 000,00 de dólares viabilizados sob crédito ao comprador, respaldados por acordos de financiamentos externos entre a República Federativa do Brasil e a Banque Nationale de Paris (BNP) e o Kreditanstalt fur Wierderaufbau (KfW), garantidos pelas seguradoras de crédito dos governos francês e alemão, Coface e Hermes respectivamente.

A SOFREMI é uma empresa criada em 1986 pelo Ministério do Interior da França, especializada em produtos, equipamentos e serviços para forças policiais e civis, com ampla atuação e reconhecimento na Argentina, Colômbia, Arábia Saudita, Líbano, Turquia, Qatar e Kuwait e outros. Ela foi concebida para ações de apoio a operações de exportação que envolvam o Ministério do Interior ou Empresas Francesas no domínio; promoção de operações que envolvam contratos internacionais, quando os produtos, sistemas, serviços e materiais contemplam setores de atividades ligadas às missões confiadas a este Ministério nos domínios de polícia, da defesa civil e segurança; Marketing de produtos, sistemas, serviços e equipamentos desenvolvidos pelo Ministério do Interior ou por empresas francesas atuando nestes domínios e Treinamento do pessoal operacional dos equipamentos, serviços e sistemas, assim como consultoria e apoio técnico. Segundo o presidente da SOFREMI, Henri Hurand, “with over 15

years' experience, SOFREMI is the natural partner for countries seeking to provide effective protection for the citizens in the fight against crime and terrorism, and from the effects of all types of disaster".⁵³

Destarte, quando da escolha de um parceiro para auxiliar o Brasil na proteção de seus cidadãos, na disputa entre norte americanos e europeus, a França, por sua referência e competência, surgiu como a melhor opção para cooperar com sua tecnologia e know –how. Como dispõe o acordo de parceria e de cooperação em matéria de segurança pública, a França e o Brasil decidem cooperar porque são “conscientes do fato de que a criminalidade, o tráfico de entorpecentes e o terrorismo constituem uma ameaça crescente para a ordem e a segurança; convencidos de que essas atividades podem representar risco às instituições, ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, a estabilidade política e social, bem estar e integridade física de seus cidadãos; salientam a importância da cooperação internacional na prevenção e repressão dessas atividades [...] e desejam ampliar e aumentar a eficácia de sua cooperação operacional, científica e técnica entre seus órgãos encarregados da segurança pública.” Eis aqui a razão pela qual, nos projetos analisados, a cooperação se deu primeiramente em razão de uma vontade política devido a uma realidade internacional.

Logo, como vimos no primeiro capítulo, a cooperação internacional se dá pela vontade das partes. Em segundo, esta cooperação como vemos neste estudo de caso, ocorre pela deficiência do Brasil no domínio da segurança pública e pela excelência e referência mundial da França. Em terceiro pelos laços reatados conforme capítulo II.

⁵³ SOFREMI, folheto comercial. Tradução da autora: “Com mais de 15 anos de experiência, a SOFREMI é o parceiro natural de países que necessitam prover proteção efetiva ao todos seus cidadãos na luta contra o crime e o terrorismo, e contra os efeitos de todo tipo de desastre”.

O serviço foi contratado sem a necessidade de procedimento licitatório, conforme estipulado no art. 24, IX da lei nº 8666/93, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2205/97 que afirma que quando houver a possibilidade de prejuízo para a segurança nacional, nos casos estipulados por meio de um decreto presidencial, após pronunciamento do Conselho Nacional de Defesa e no art. 24, XIV para a aquisição de bens ou serviços, quando estipulado em um acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional e bem como as condições propostas para esse acordo constituírem claras vantagens para a Administração Pública.

Como vemos, devido à importância do caráter da cooperação no domínio da segurança e devido a seu alto custo, sua organização e inter-relação com diversos atores são complexas tanto a nível nacional como internacional.

Os projetos co-dialogam com várias instituições como o Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Tribunal de Contas da União, a Agência Nacional de Telecomunicações, Banco Central, o IBAMA, INPE, FUNAI, INCRA, a Polícia Rodoviária Federal, entre outros. Pelo lado francês, co-dialoga-se com o Ministério do Interior, Ministério da Economia, Finanças e Orçamento, Ministério de Assuntos Exteriores, Ministério da Defesa, Ministério da Cooperação, Direção de Relações Econômicas Exteriores- DREE, entre outras. A âmbito internacional dialoga com os bancos financiadores BNP e KfW, as seguradoras Coface e Hermes e as grandes empresas multinacionais fornecedoras dos equipamentos e participantes do consórcio.

Como vemos nos quadros a seguir, a amplitude desta cooperação é tamanha que extrapola a órbita de relacionamento interno para o externo, atuando numa ampla gama de atores nacionais e internacionais a fim de beneficiar todo o território nacional.

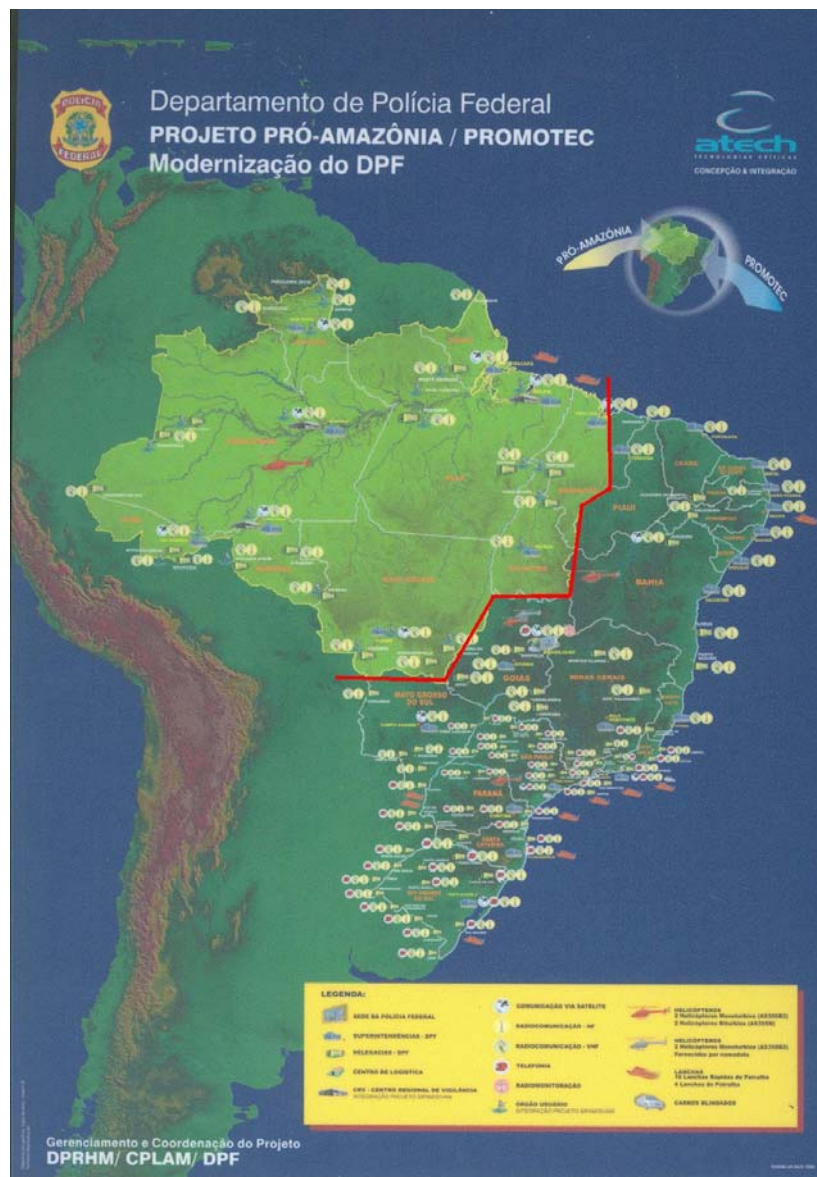


Figura 3.1: Projetos Pró-Amazônia e Promotec: Modernização do DPF
 Fonte: Departamento de Polícia Federal

Destarte, temos a seguinte organização e inter-relações:

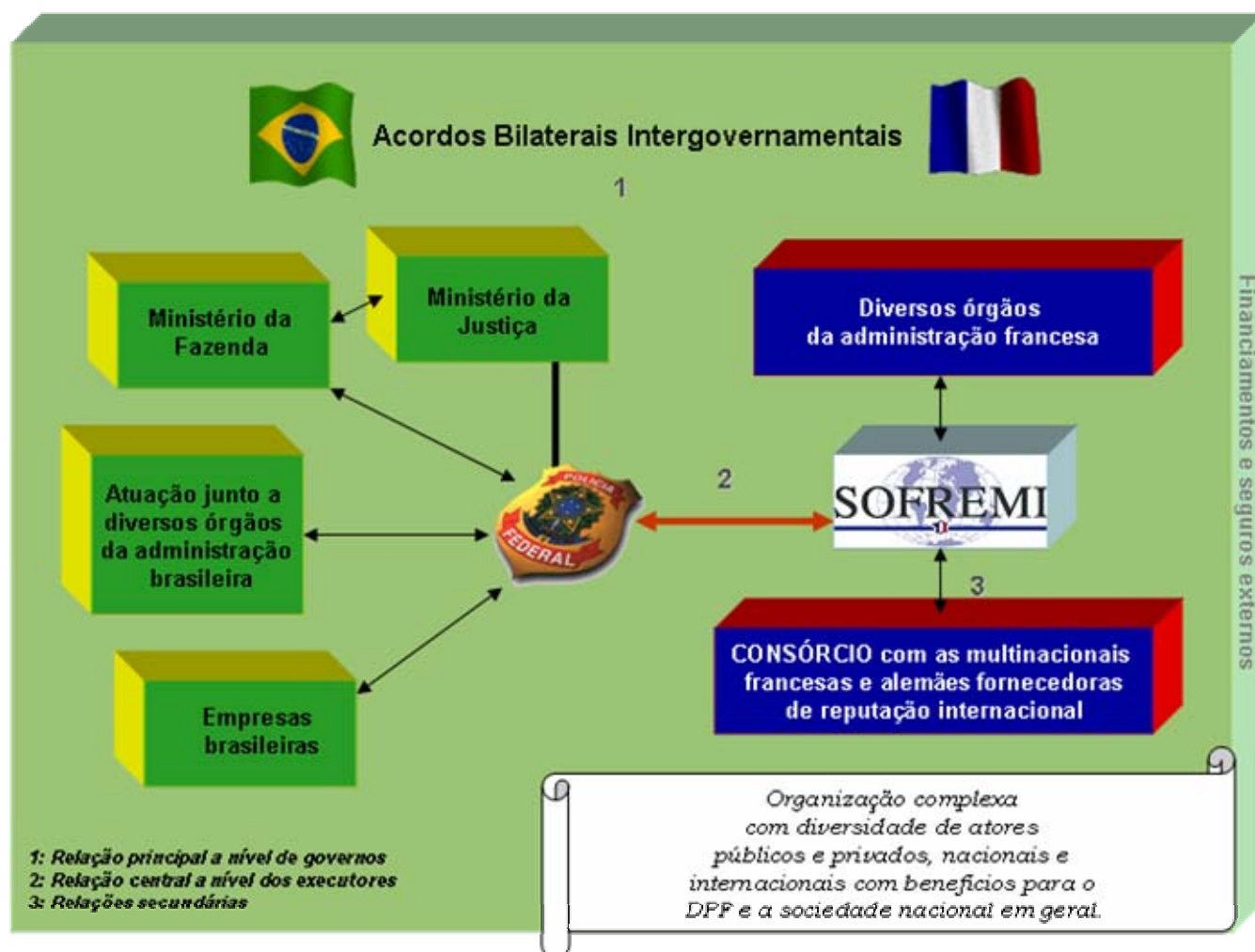


Figura 3.1: Projetos Pró-Amazônia e Promotec:

Fonte: Elaborado pela autora

Por consequência desta configuração, percebe-se que os projetos em questão não dizem respeito apenas a uma cooperação econômico-comercial franco-brasileira como também a uma cooperação secundária franco-alemã visto que o fornecimento tem um caráter europeu com participação de empresas e financiamento alemão. Ressalto que nosso foco de entendimento refere-se à relação principal, ou seja a relação entre o Brasil e França via os acordos firmados e não à relação de nível secundário França- Alemanha.

Desde 1º de janeiro de 2001, data da efetiva entrada e vigor do contrato comercial, permitiram até a presente data, a aquisição de 5700 computadores e periféricos para todas as unidades do DPF, 4 helicópteros, 10 botes infláveis, 4 centrais telefônicas, 6 carros blindados para transporte de dignitários e a implantação do sistema de identificação de impressões digitais civil e criminais (AFIS) que mostrou sua eficácia no imbróglio da identificação de americanos no país no começo do ano de 2004. Contudo, isto significa apenas a execução de 25% do programa previsto.

Os projetos poderiam estar mais avançados, por exemplo com a instalação de um sistema de radio - comunicação codificado e estendido a toda a federação, o Instituto Nacional de Criminalística inteiramente equipado com modernos e precisos materiais e extensão dos equipamentos destinados ao controle dos estrangeiros entre outros. Todavia, isto não tem sido feito por falta de orçamento federal que no Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 prevê apenas R\$ 402 milhões de reais para orçar os custos atrasados do projeto, os custos de novas aquisições.⁵⁴ Ou seja, a vontade política se sobrepõe a uma polícia com necessidades apolíticas.

Programas de cooperação como este são de fundamental importância em momentos onde o crime é cada vez mais presente. Pela sua concepção, uma de suas conseqüências é o endividamento externo. Além do alto custo dos equipamentos e do gerenciamento, segundo o contrato de financiamento e a cláusula da comissão de compromisso - *commitment fee*, a União tem os empréstimos onerados sobre o saldo não desembolsado quando recursos permanecem sem utilização. Sem mencionar os juros e outras taxas incidentes ao financiamento dispostos na cláusula de gerenciamento- *management fee* e os gastos locais denominados como a “contrapartida nacional”. Como é uma

⁵⁴ BRASIL Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2004-2007: Projeto de lei . Brasília: MP, 2003 p.604, Página 102.

aquisição financiada, ela se torna ainda mais cara e a União ainda tem que pagar caso não use os créditos concedidos.

Como consequência da desconformidade existente entre os créditos disponibilizados pelo orçamento da União e o cronograma estabelecido pela Comissão de Controle e gestão Fiscal (CCF), as previsões dos prazos de duração do contrato comercial de um lado, e os contratos de financiamento do outro, começam a ser questionados seriamente. Entretanto, o contrato comercial assinado pelo DPF com a SOFREMI tem a sua data de validade prevista para fim de 2006 e os contratos de financiamento assinados pelo Ministério das Finanças com os bancos, são calcados basicamente, na duração do contrato comercial.

Outra consequência desta cooperação é quanto à balança comercial. Os projetos em fito tratam de importação de bens franceses e que segundo a Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, em 2003 o saldo comercial franco-brasileiro foi de US\$ 3.482.974.060 F.O.B sendo US\$ 1.767.652.963 em importados.

Outra vertente a ser analisada nesta cooperação franco-brasileira é a questão da transferência tecnológica. Como vimos no primeiro capítulo deste estudo, assim como cooperação é um instrumento de política externa como forma de poder, a detenção de tecnologia também é uma forma de poder e forte instrumento de barganha entre os países desenvolvidos e os sub-desenvolvidos. O nosso caso se encaixa perfeitamente nesta premissa. Aqui, a França, como nação desenvolvida detém a tecnologia e por sua vez, o Brasil como nação em desenvolvido requer este conhecimento. Primeiramente demonstra que a cooperação internacional, como vimos, não necessariamente se faz entre parceiros do mesmo nível econômico e de desenvolvimento. Em especial, uma das polêmicas mais relevantes da cooperação tecnológica internacional diz respeito ao acesso por parte dos países em desenvolvimento às formas mais sofisticadas do conhecimento humano, inclusive às tecnologias de ponta, que constituem um ponto

fundamental para o crescimento e progresso desses países. Questiona-se sobre a transferência tecnológica, como os países em vias de desenvolvimento usufruirão ou mesmo o porquê da transferência e ou da ajuda. No caso da modernização do Departamento de Polícia Federal, há uma transferência de tecnologia de ponta, se sim, em que grau é aproveitado pelos cidadãos nacionais?

No que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, o Brasil é referência em alguns setores como o aeronáutico e agricultura. Segundo o Ministério de Relações Exteriores, o país vem desenvolvendo um parque tecnológico apreciável e beneficiando-se também da iniciativa da cooperação com diversos países como a Espanha, Estados Unidos, China, Alemanha entre outros. Com a França, esta cooperação é intensa e nas mais diversas áreas que vão desde a biotecnologia a energia nuclear, conforme disposto no capítulo II.

Um arsenal de inovações tecnológicas já oferece produtos no mercado policial, de armas a supervisão das viaturas policiais por satélites. Em breve, investigação dos crimes será facilitada com técnicas periciais como bancos de amostras de DNA e identificação eletrônica de impressões digitais ou de fisionomias. O planejamento policial mundial já dispõe de poderosas ferramentas como variados bancos de dados interligados, mapeamento digital dos crimes e de outras informações de interesse policial, além de softwares sofisticados que indicam e acompanham criminosos atuando numa região. Mas as inovações tecnológicas não serão suficientes para o salto de desempenho policial, que vai depender, por muito tempo ainda, de sua capacidade de organizar e administrar recursos policiais para lidar com crimes que - violentos ou de colarinho-branco - são comportamentos humanos.

No caso do Pró-Amazônia e Promotec, há uma aquisição em caráter comercial de tecnologia. O contrato prevê não só a aquisição de bens como também a prestação de serviço e assistência técnica, no entanto isto não caracteriza uma transferência tecnológica. Segundo o princípio de engenharia

reversa, a partir do momento que o país passa a ser detentor de determinada tecnologia, ele pode contrair a capacidade de desenvolvê-la nacionalmente além de adaptá-la a suas necessidades. Não obstante, os equipamentos e sistemas adquiridos não permitiram uma endogeneização da capacidade inovativa. Ainda que tenham sido criados sistemas de pontas similares nacionais, como o sistema de identificação digital, isto não se deu em função da tecnologia proporcionada pelos projetos. Ou seja, trata-se de uma cooperação econômico-comercial pura, onde o que poderia ser caracterizado de cooperação técnica internacional, se houvesse, seria a internacionalização do conhecimento pela transmissão de conhecimento tácito e codificado,.

Uma outra consequência desta cooperação internacional é sua repercussão no parque industrial nacional. Segundo publicação do Ministério da Justiça de 26 de março de 2004, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, o DPF e os institutos de Identificação de todo o Brasil firmaram proposta de convênio que permitirá o compartilhamento e integração com todos os estados do país e por um menor custo, de dados de identificação criminal adquiridas pelo DPF com o Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais- AFIS. Esta tecnologia, que como já dito, ficou conhecida com a identificação de norte-americanos entrantes em território nacional, permitirá em aplicações futuras, o compartilhamento *on line* e em tempo real entre órgãos de segurança e justiça, a identificação em aeroportos, portos e fronteiras, prisões federais, pesquisas móveis em estádios, rodovias, operações de barreira pelas polícias e não só para identificação de criminosos. Segundo o secretário nacional de segurança pública, Luiz Fernando Corrêa, “com o convênio, vamos integrar e modernizar a rede de identificação criminal no país, além de proporcionar economia de recursos públicos, ao compartilhar uma tecnologia já adquirida pelo governo federal”.⁵⁵ Assim sendo, uma cooperação internacional desta magnitude não traz benefícios apenas para o que se propõe a fazer como tem consequências em ampla esfera

⁵⁵ BRASIL *Ministério da Justiça* “Senasp estabelece sistema único de identificação criminal para estados”. Publicado em 26/03/04. Disponível em www.mj.gov.br Acesso em 28/03/04.

nacional, privilegiando outros setores da esfera pública e privada e toda a sociedade em geral. Obviamente, esta repercussão será renovada com outras aquisições no âmbito dos projetos Pró-Amazônia e Promotec e cada vez maior a medida do avanço e volume das aquisições.

Outro impacto positivo da cooperação internacional, principalmente quando desta envergadura é quanto à criação de postos de trabalho. Para a implementação da modernização da Polícia Federal não acresce somente a necessidade de funcionários no âmbito deste órgão e como vimos suas conseqüências não são somente para o DPF. Cria-se postos de trabalho de profissionais de alto grau como os técnicos, analistas e consultores que implementam os bens e sistemas como os de nível secundário no assessoramento à implementação. Com o volume das aquisições, movimentam-se todas as atividades de produção das empresas fornecedoras consorciadas. Com o aumento de emprego, o impacto não é exclusivo a economia local com o aumento da renda e do consumo como na própria segurança, não só por se tratar desta área como pela diminuição da exclusão social que é por si só um fator relevante a segurança.

Com base nos conhecimentos adquiridos no primeiro capítulo sobre a cooperação internacional segundo as bases teóricas das relações internacionais, como podemos analisar esta parceria e cooperação em matéria de segurança pública?

Se analisarmos os projetos Pró-Amazônia e Promotec segundo sua área de atuação, diríamos que visto um cenário de crescente violência e criminalidade que assola a realidade nacional e perpassa fronteiras com crimes internacionais, a concepção realista das relações internacionais seria uma explicação possível para esta cooperação. Afinal, os estados brasileiro e francês concordaram que existe uma ameaça à segurança, ainda que não seja segurança nacional, e decidem unir esforços temporariamente visto que o acordo tem tempo de vigência, e se mutuo-ajudarem no combate ao crime.

Por sua vez, uma outra corrente teórica explicativa possível seria a Pluralista. Apesar de ser um tema de segurança, trata-se de uma cooperação, assunto próprio aos pluralistas e não aceito pelos realistas. Ademais, pela complexidade destes projetos, a diversidade de atores demonstra a pluralidade de interesses. Nesta cooperação percebe-se tanto o interesse dos estados partes, quanto o interesse das empresas e instituições tanto a própria sociedade. Como vimos, esta cooperação é uma cooperação plural, onde há ações cooperativas nacional, internacional, intergovernamental e privada. Para os pluralistas, a agenda internacional é regida por necessidades momentâneas, onde a modernização tecnológica é um aspecto a favor da imagem pluralista da dinâmica das relações internacionais.

Por fim, os globalistas podem afirmar, que pelo caráter próprio desta cooperação regida por um contrato comercial de venda e prestação de serviço, a dinâmica desta cooperação é econômico-comercial. Logo, ainda que seja do domínio da segurança e haja repercussões e interesses plurais, o que interessa é a órbita capitalista de geração de comércio. Segundo os Globalistas, o objetivo que rege esta cooperação é a da criação de comércio entre estes países por intermédio de instrumentos estatais de “cooperação”. Quando na verdade o interesse é das multinacionais e instituições financeiras participantes. Nestes projetos são empresas que se unem e os Estados agem como representantes dos interesses privados. Este tipo de cooperação é de cunho econômico visto que aumenta a movimentação financeira, aumenta os lucros das empresas com as vendas, aumenta o emprego, aumenta a arrecadação de impostos além de proporcionar mais segurança. Esta versão é ainda comprovada pela participação do órgão governamental francês da Direction des Relations Economiques Extérieures-DREE.

Este Departamento do Ministério da Economia, Finanças e Indústria destina-se a « préparer et de mettre en oeuvre la politique des pouvoirs publics en matière de relations économiques extérieures et de développement international des

entreprises. »⁵⁶ Com 166 missões econômicas implantadas em 118 países e 24 direções regionais do comércio exterior e com o apoio de outros organismos públicos e privados como o Centro Francês de Comércio Exterior, UBIFrance, Câmara de comércio e indústria, a DREE assegura a promoção das exportações dos bens e serviços, desenvolve os investimentos franceses no exterior e dos acordos comerciais e financeiros e negociações multilaterais. Além disto, este departamento assegura os créditos gerados pela seguradora COFACE que cobre o exportador, neste caso a SOFREMI, do risco de interrupção do contrato comercial com o comprador, neste caso o Brasil. E cobre o banco financiador, neste caso o Banque Nationale de Paris - BNP, do risco de não pagamento pelo devedor, uma vez a obrigação contratual cumprida.

Destarte, parece que o viés Globalista é o que melhor permite um entendimento sobre estes projetos internacionais.

Vale lembrar que, assim como a dengue onde apenas o combate com remédio não é eficaz sem o combate com a eliminação do foco do mosquito, a modernização e o reaparelhamento são imprescindíveis mas só são eficazes como um esforço conjunto com a sociedade. Imprescindivelmente deve-se fortalecer a cidadania pela participação ativa da sociedade, individual e coletivamente na solução de seus conflitos e pela percepção exata do papel das diversas instituições colocadas pelo Estado à sua disposição.

O Plano Nacional de Segurança Pública, vindo a lume pelo ex-Ministro José Gregori e Fernando Henrique Cardoso elencou várias ações táticas para o enfrentamento da violência e da criminalidade, com forte liberalização de recursos federais para a revitalização das instituições. Entretanto falha na ausência de uma

⁵⁶ FRANÇA *Ministère du Commerce Extérieur* (Ministério do Comércio Exterior)..Disponível em www.commerce-exterieur.gouv.fr/rapport/ameriques/index.htm Acesso em 10/03/04 e da Direction des Relations Economiques Extérieures –DREE Disponível em www.dree.fr. Acesso em 10/03/04. Tradução da autora: “Preparar e colocar em prática a política dos poderes públicos em matéria de relações econômicas exteriores e de desenvolvimento internacional das empresas”.

política nacional de segurança pública que direcione os esforços. Como bem afirma Dornelles, vale ressaltar a distinção entre política de segurança pública e políticas públicas de segurança. O primeiro são os instrumentos e meios institucionais destinados ao combate à violência criminal e manutenção da ordem pública. O segundo é mais abrangente tratando –se de um conjunto das políticas públicas incluindo as de segurança que possibilitam de forma integrada com órgãos públicos e a sociedade civil organizada conter as ilegalidades e desordem social⁵⁷. No caso do “Plano de segurança”, ele falha na ausência de diagnóstico e de medidas para a Polícia Federal, o mais importante instrumento operacional de segurança pública do Governo Federal.

Conforme artigo de Vicente da Silva a violência custa caro onde, segundo estimativa do Banco Mundial, o custo anual da violência só para a Grande São Paulo é de 14 bilhões de reais, correspondente a quase quatro vezes o orçamento da polícia para todo o Estado. Para cada dólar não gasto com prevenção gastam-se outros 5 em custos de reparação.⁵⁸ Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a violência se tornou a principal restrição ao desenvolvimento econômico da América Latina: reduz valores imobiliários, desvaloriza o comércio, agrava custos com medidas de proteção, provoca a migração de empresas para regiões tranquilas mas distantes, e reduz a qualidade de vida, tão necessária ao convívio social e ao ambiente de negócios. É necessário integrar recursos e criar sinergia com as ações do poder público. Essa capacidade pode ser transferida e utilizada em parcerias com o poder público e entidades comunitárias, gerando mecanismos de solução dos problemas e de alavancagem de resultados. Deve-se pensar mais em investimentos do que em custos e, por isso, não se pode imaginar que parceria seja comprar coisas para a polícia.

Assim sendo, a escassez de recursos para a segurança é clara. Ainda que sejam altos os custos dos projetos Pró-Amazônia e Promotec, eles trazem mais

⁵⁷ DORNELLES, João Ricardo W., *Conflitos e Segurança Entre Pombos e Falcões*. Ed. Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2003. p 6.

⁵⁸ SILVA FILHO, José Vicente. “Violência custa caro”. *Revista Exame* São Paulo em Março/2001.

benefícios do que desvantagens. Contudo, esta parceria só é eficaz se perpassar por uma cooperação sob a integração de toda a sociedade, com diagnósticos e implementação de ações coordenadas. Como afirma José Vicente, “Não se pode mais imaginar a sensível redução e controle da violência sem uma estrutura cooperativa eficiente entre Estado, prefeitura, organizações sociais não governamentais e as lideranças empresariais e comunitária locais”.⁵⁹

Neste míster, apesar de ser uma parceria e cooperação em matéria de segurança pública, apresentando várias modalidades de cooperação entre os diversos atores inseridos nestes projetos internacionais de envergadura complexa e interesse nacional, o Pró-Amazônia e o Promotec parecem mais ser um instrumento de *co-operação* entre o Departamento de Polícia Federal com empresas privadas e órgãos públicos do que uma *cooperação* internacional. Sem um real esforço da coletividade e das instituições governamentais, a simples aquisição de bens, equipamentos e serviços não modificará o cenário hostil da criminalidade nem garantirá o dever de Estado de proporcionar segurança aos seus cidadãos. Observamos também que nesta *co-operação*, o principal beneficiário possui um caráter passivo, ainda que haja um trabalho de análise.

Urge a necessidade de modernização da organização policial, da revolução gerencial e da adoção de tecnologias mais eficazes de planejamento para resultados. Muitas mudanças relevantes para a Polícia já começaram com a globalização do comércio e das comunicações, favorecendo o crime organizado internacional. Terrorismo, escaramuças étnicas e religiosas, agressivos protestos coletivos, gangues juvenis são tendências inquietantes. Velhos problemas sociais do século passado não terão a mesma velocidade de solução das mudanças tecnológicas. Como determina o Tribunal de Contas da União “da importância dos projetos Pró-Amazônia e Promotec para a Polícia Federal, consoante exposição de

⁵⁹ SILVA FILHO, José Vicente. Fundamentos para uma política nacional de segurança pública: a questão policial. Instituto Nacional de Altos Estudos, Estudos e pesquisa nº 47. In: XV FÓRUM NACIONAL. O NOVO GOVERNO, NOVAS PRIORIDADES E CRESCIMENTO SUSTENTADO. Rio de Janeiro. Maio 2003 p. 17

fls. 142-148, esses projetos trarão inúmeros benefícios para a Administração Pública e para a sociedade em geral, uma vez que atendem a mais urgente reivindicação da população: a segurança. Suas implementações garantirão a presença da Polícia Federal na Amazônia Legal em perfeita integração com os sistemas de Proteção Amazônia e de Vigilância da Amazônia. Essa integração possibilitará a atuação global e permanente da Polícia Federal em todo o território nacional”.⁶⁰

Assim sendo, mensurando a atuação de atores nacionais e internacionais, os Projetos Pró-Amazônia e Promotec são um exemplo de co-operação internacional que sob uma égide globalista é um trecho do longo caminho a ser percorrido no combate a um problema que, como vimos, é global: a segurança. Brasil e França fortalecem suas relações bilaterais co-operando no combate ao crime. Essas ações somente poderiam se caracterizar como cooperação internacional se perpassassem por uma parceria além da simples compra e venda de equipamentos modernos. Isto não pode ter nenhum caráter qualitativo, é apenas o que o contrato se propõe a ser, contrariamente a sua qualificação titular.

Logo, uma perspectiva a ser vislumbrada é que a corroboração celebrada pelo Acordo de Parceria e de Cooperação em matéria de Segurança Pública, onde se prevê a cooperação em prevenção, transferência de informações, impedimento de comercialização de entorpecentes entre outros, fosse de fato colocado em prática e não apenas dar margem ao acordo comercial.

Assim sendo, no que diz respeito aos projetos Pró-Amazônia e Promotec, trata-se de uma co-operação intergovernamental e uma cooperação de grandes empresas no galgar de novos mercados.

⁶⁰ BRASIL *Tribunal de Contas da União*. Acórdão nº DC-0155-14/99-P. Decisão 155/1999

Conclusão

Destarte, vimos que a cooperação internacional é um instrumento a cada dia mais freqüente nas relações internacionais que se tem moldado as necessidades globalizantes. Constitui uma valiosa ferramenta para o desenvolvimento e um importante instrumento de promoção das relações externas na barganha por poder e influência.

Na cooperação internacional, os atores são diversos, onde Estados cooperam entre si, empresas e sociedade também. Coopera-se nas mais diversas áreas, seja na política, seja no comércio, na cultura, na ciência e tecnologia entre outros. A cooperação pode ser benéfica ou ter conseqüências adversas e as principais correntes das relações internacionais apresentam óticas antagônicas dessa parceria ilógica de um jogo de atores pré-selecionados que de longe se difere de sua gênese assistencialista. Realistas justificam a cooperação pela sobrevivência, pluralistas pela visão de um mundo com uma agenda de necessidades plurais e globais, globalistas pela busca de mais e maiores mercados.

Numa segunda seção, extraímos os momentos e ações de cooperação franco-brasileiras sob uma perspectiva histórica de suas relações bilaterais. Denotamos que o Brasil e a França cooperam fortemente até o século XIX, onde ambos se influenciaram em grandes momentos de suas histórias. Não obstante, estes laços longínquos se romperam durante cinco décadas após a Segunda Guerra Mundial em que ambos viram-se as costas, negligenciando suas oportunidades e galgando outras perspectivas de parceiras estratégicas. Contudo, os laços de amizade se reatam nos anos noventa abrindo grandes portas e oportunidades para a cooperação em diversas áreas como agricultura, saúde, política, meio ambiente, administração pública, inovação tecnológica e militar.

Por outro lado, em momentos de Globalização, a segurança pública não é somente uma preocupação doméstica de um dever de Estado. As ilicitudes ultrapassam fronteiras e torna-se uma apreensão internacional com o crime organizado internacional, terrorismo, lavagem de dinheiro e narcotráfico. Segurança pública apresenta um estreito limiar entre a política interna e a externa e requerente amiúde de uma crescente cooperação internacional. Conscientes da ameaça da criminalidade, Brasil e França acordam parcerias e cooperação em matéria de segurança pública e este último passa a transferir modernos equipamentos para o reaparelhamento para o mais importante instrumento operacional de segurança pública federal: a Polícia Federal via os projetos Pró-Amazônia e Promotec.

No entanto, a transação Brasil- França foi mais o fornecimento de materiais e equipamentos decorrentes da seleção pela tecnologia de um país industrializado do que um processo efetivo de cooperação e transferência tecnológica em bases tácitas e codificadas.

A própria natureza do acordo é de aquisição e não de cooperação como sugerido nas qualificações titulares que lhe dão base como no Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal, Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública e Acordo de Cooperação Técnica e Científica. A diferença não é apenas semântica visto que impõe grandes implicações.

Cooperação técnica não é uma aquisição tecnológica como têm sido os projetos Pró-Amazônia e Promotec. Para que uma real cooperação ocorra, as ações dispostas no Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública deveriam ser ampliadas ou no mínimo postas em prática. A resolução da ameaça da segurança perpassa a simples co-operação para a aquisição e implantação de tecnologia de ponta e requer uma cooperação mais além.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Capítulo III_ Segurança Pública. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico 1998

BRASIL *Departamento de Polícia Federal*. Disponível em www.dpf.gov.br. Acesso em 29/02/2004.

BRASIL *Ministério da Ciência e Tecnologia*. Disponível em www.mct.gov.br. Acesso em 15/02/2004.

BRASIL *Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*. Disponível em www.mdic.gov.br. Acesso em 15/02/2004.

BRASIL *Ministério da Justiça*. Disponível em www.mj.gov.br Acesso em 17/03/2004.

BRASIL *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2004-2007: Projeto de lei . Brasília: MP, 2003 p.604

BRASIL *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em www.mre.gov.br Acesso em 26/04/2004.

BRASIL *Tribunal de Contas da União*. Acórdão 41/2003 – Plenário AC-0041-02/03-P. Processo 013.470/2001-2. Relatório de Inspeção realizada no Departamento da Polícia Federal, em atendimento a decisão plenária, nas áreas de aquisições de bens e de contratos de implantação dos projetos Pró-Amazônia e Promotec. Determinações diversas. Ciência da deliberação proferida, bem com do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao Senado Federal e aos mencionados órgãos. Relator: Marcos Bemquerer Costa. Sessão 29/01/2003

Aprovação 05/02/2003. Brasília. Disponível em www.tcu.gov.br. Acesso em 22/04/2004.

CAMARA, Paulo S. *Reflexões sobre Segurança Pública*. Belém: Universidade da Amazônia, Imprensa oficial do Estado do Pará, 2002. 250p.

CARDOSO, Luiz Cláudio; MARTINIERE, Guy (Coords.). *Brasil-França: Vinte Anos de Cooperação; Ciência e Tecnologia*, BRASÍLIA: Fundação Alexandre Gusmão, 1989. p 385.

CenDoTeC *Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica*. Disponível em www.cendotec.org.br. Acesso em 20/03/2003.

CERVO, Amado Luiz. "Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil" In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 37, nº 1 IBRI/UNB 1994 p37-63.

DORNELLES, João Ricardo W., *Conflitos e Segurança Entre Pombos e Falcões*. Ed. Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2003. 222p

DUPAS, Gilberto & VIGEVANI, Tullo. *O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional*. Ed. Alfa-Omega. São Paulo, 1999. 200p

FRANCE *Centre Français de Commerce Extérieur* (Centro Francês de Comércio Exterior), Disponível em www.cfce.fr. Acesso em 20/01/2004

FRANCE *Direction des Relations Economiques Extérieures* (Direção de Relações Econômicas Exteriores). Disponível em www.dree.org. Acesso em 25/03/2004.

FRANCE Ambassade de France (Embaixada da França). Disponível em www.ambafrance.org.br. Acesso em 01/04/04

FRANCE *Ministère des Affaires Etrangères*. (Ministério das Relações Exteriores)
Disponível em www.diplomatie.gouv.br. Acesso em 25/03/2004.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995. Brasília FUNAG, 1995. 596p

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Ed. Objetiva. São Paulo. 2003.

LAFAYE, Jacques: *Brasil y Francia: una intimidad secular*, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2001, 217p.

LESSA, Antônio C. "A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 41, n. Especial, p. 29-41, 1998.

LESSA, Antônio C. "A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964)". In: *Cena Internacional - Revista de Análise em Política Internacional*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 110-120, 1999.

LESSA, Antônio C. "Da apatia recíproca ao entusiasmo de emergência: as relações Brasil - Europa Ocidental no governo Geisel (1974-1979)". In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, p. 89-106, 1996.

LESSA, Antônio C. "O triângulo imperfeito: As relações França-Brasil- Europa Ocidental na década de noventa. Cena Internacional" –In: *Revista de Análise em Política Internacional*. Brasília: v.4, n.1, Jul/2002. p 2-20.

LESSA, Antônio C. “Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil, de 1945 a nossos dias”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 28-58, 2000.

MACHADO, Fernando V., “Análise da cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) no Brasil, pela teoria das relações internacionais” In: *Revista Universitas de Relações Internacionais*, Vol. I nº 2, UniCEUB, 2003.

SILVA FILHO, José Vicente. Fundamentos para uma política nacional de segurança pública: a questão policial. Instituto Nacional de Altos Estudos, Estudos e pesquisa nº 47. In: *XV FÓRUM NACIONAL. O NOVO GOVERNO, NOVAS PRIORIDADES E CRESCIMENTO SUSTENTADO*. Rio de Janeiro. Maio 2003

SILVA FILHO, José Vicente. “Violência custa caro”. In: *Revista Exame*, São Paulo em Março/2001. Disponível em www.josevicente.com.br. Acessado em 28/04/2004.

SOFIATI DE QUEIROZ, Raphael Augusto. *Direito Público & Segurança Pública Ensaio e Pareceres*. Ed. Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2001. 122p

STRENGER, Irineu. *Relações Internacionais*. São Paulo: LTr 1998 254p.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *Brasil-França, ao longo de 5 séculos*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979 p 335. (Coleção General Benício. v.173 Publ. 494)

VIOTTI, Paul e KAUPPI, Mark. *International Relations Theory*. Longman Publishers, 3ªed., 2001.